



Tráfico de Pessoas: É possível combater?

PORTUGUÊS	3
Tráfico de pessoas se agrava em todo o mundo	3
Sociedade ainda não reconhece mulheres como vítimas do sexo	4
Trabalho escravo no Brasil: ganância, miséria e impunidade.....	6
O duro caminho de volta.....	7
Mercado humano.....	9
Pesquisadores mapeiam escravidão no Brasil.....	10
ENGLISH	11
Human Trafficking Scourge Needs More Than Policing.....	11
Human trafficking: another name for slave trading	12
Sex trafficking snares hundreds of thousands of American children.....	13
Trafficking: a human rights abuse, not an immigration offence.....	15
Modern-day slavery decried	17
Human and child trafficking on the rise.....	20
ESPAÑOL	21
Tráfico de personas: un crimen que no se detiene	21
Trata de personas en Alemania.....	23
Trata de personas: hay que frenar el consumo	24
México: Guadalajara: Explotación sexual, cruel flagelo del siglo XXI	26
En busca de una respuesta a la trata y tráfico de mujeres	27
En el tráfico de seres humanos no hay crisis	28
ITALIANO	29
Strategia Ue per sradicare la tratta di esseri umani.....	30
ASIA/THAILANDIA - Allarmante il fenomeno della tratta dei minori costretti a vendere fiori e a mendicare	31
Tratta delle immigrate, dal sogno alla strada	31
Dalla parte delle donne. Coi fatti. Intervista a suor Estrella Castalone	32
La Cina alla prova tra traffico di esseri umani e nuove schiavitù.....	34
Onu: 2,4 milioni le vittime di tratta persone, 80% schiavi sessuali	35

EDITORIAL

O enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho escravo tornou-se uma das prioridades da pauta de numerosos governos, organismos internacionais e organizações não-governamentais. No mundo contemporâneo é inadmissível que continue esta prática hedionda de mercantilização de seres humanos. No entanto, os números oficiais da Organização Internacional do Trabalho falam em 20,9 milhões de vítimas encontradas no mundo inteiro, sendo que o número efetivo deve ser muito superior.

A região da Ásia-Pacífico apresenta o maior número de pessoas reduzidas à condição análoga à escravidão, com cerca de 11,7 milhões (56% do total), seguido pela África (18%), América Latina (9%) e o Leste europeu (7%). Mas não é apenas um problema dos países em desenvolvimento. Nos EUA, Japão, Canadá, Austrália, Noruega e Países da União Europeia, o número de vítimas chega a 1,5 milhão, cerca de 7% do total.

As vítimas são pessoas sujeitas a empregos impostos através de coação ou de fraude, dos quais elas não podem sair. Conforme um recente relatório da União Europeia, “mulheres e homens, meninas e meninos em situação de vulnerabilidade são vítimas de exploração sexual ou de trabalho, remoção de órgãos, mendicância forçada, servidão doméstica, casamentos forçados, adoções ilegais ou outras formas”. O crime mais comum é a exploração sexual (76%, em 2010), seguido pela exploração do trabalho (14%). No entanto, sobretudo no continente asiático, cresce muito também o tráfico de crianças para fins de mendicância (3%) e de mulheres para servidão doméstica (1%).

Apesar dos discursos oficiais, dos numerosos relatórios elaborados e das políticas públicas implantadas para o enfrentamento, tem-se a impressão de que as sociedades contemporâneas tenham certa tolerância ou omissão sobre a questão do tráfico. Por vezes questões culturais e econômicas acabam legitimando práticas consideradas injustas, mas que, no fundo, “sempre existiram e sempre continuarão existindo”. Em outros termos, a erradicação do tráfico não implica apenas a libertação de pessoas escravizadas, mas se fazem necessárias complexas e profundas mudanças de práticas e cosmovisões culturais, bem como uma redefinição da racionalidade econômica.

Por outro lado, há também um complexo debate acerca das definições teóricas de “trabalho análogo à escravidão” ou acerca da distinção entre “tráfico de pessoas para fins de exploração sexual” e “livre prostituição”. Essas indefinições semânticas, por vezes, acabam dificultando a elaboração de políticas de enfrentamento e, principalmente, a identificação das vítimas.

Outro fator que prejudica o enfrentamento é a instrumentalização da luta contra o tráfico de pessoas com vistas a outras finalidades: às vezes, em nome da proteção das vítimas ou da luta contra o crime organizado legitimam-se a implantação de políticas migratórias restritivas, confundido, propositalmente, *trafficking* e *smuggling*; outras vezes, utiliza-se o tráfico para desacreditar outros países, apresentando-os como origem ou meta de ingentes fluxos de pessoas traficadas ou como países indiferentes à problemática.

A impunidade também é frequentemente considerada como um fator que alimenta a prática do tráfico e, inclusive, a tolerância ou indiferença social em relação a este crime. Não é por acaso que nos últimos anos, no Brasil, várias empresas de ampla difusão nacional e internacional tenham sido acusadas de utilizar trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Finalmente, diante deste cenário muito pouco promissor, torna-se prioritário trabalhar na redução da vulnerabilidade das possíveis vítimas, tanto através da educação e da informação, quanto mediante a oferta de oportunidades para uma vida digna. Esta é também a opinião de irmã Estrella Castalone, da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, que há anos luta contra o tráfico: “Trata-se de propor não apenas de ‘sair’ do tráfico, mas de dar oportunidades para que melhorem as condições de vida nas aldeias e nas cidades, para que os pais e as famílias possam ‘proteger’ seus filhos”.

PORTUGUÊS

Tráfico de pessoas se agrava em todo o mundo

Uma das atividades de crime organizado que mais aumentam em todo o mundo, o tráfico humano fez, em 2010, mais de 12 milhões de vítimas, submetidas a trabalhos forçados e prostituição compulsória, entre outros.

Rodion Ebbighausen

Relatórios da Organização Internacional para Migração (OIM) apontam que mais da metade das vítimas do tráfico humano internacional vêm do Sudeste Asiático e do Leste do continente. Metade das vítimas desta atividade criminosa é de crianças e os lucros obtidos com a mesma giram em torno de 25 bilhões de euros por ano, sendo superados apenas pelo tráfico de drogas no ranking do crime.

Apesar disso, poucos fazem ideia do que ocorre de fato com os envolvidos. "A falta de consciência sobre o assunto é um dos maiores obstáculos no combate ao tráfico humano", escreve a Crônica ONU, revista mensal das Nações Unidas. Do ponto de vista jurídico, o tráfico humano é o termo usado para designar toda forma de propaganda, transporte e alojamento de pessoas, visando explorá-las.

As vítimas servem de força de trabalho não ou mal remunerada, como prostitutas, soldados infantis, empregadas domésticas, ou sendo submetidas a casamentos forçados ou à retirada de órgãos de seus corpos.

Promessas de um futuro ameno

E por que essas vítimas caem – voluntariamente – nas mãos dos criminosos? Por que elas pagam somas horrendas a seus futuros carrascos? Segundo o Artip, um projeto comunitário de combate ao tráfico humano em diversos países do Sudeste Asiático, as principais razões são a pobreza e a desigualdade social.

Ou seja, o tráfico humano transpõe quase sempre as pessoas de países mais pobres para os mais ricos. A Tailândia é um bom exemplo, ao ser ao mesmo tempo alvo e exportador de vítimas do tráfico humano: os tailandeses são levados normalmente para a Austrália, a Europa, o Japão e os Estados Unidos. Na Tailândia, por outro lado, pessoas da Birmânia, do Camboja e de Laos costumam ser exploradas.

Uma pesquisa realizada pela Iniciativa Global contra o Tráfico Humano, com participação das Nações Unidas, verificou que as vítimas geralmente têm uma formação escolar básica. Os criminosos abusam então das esperanças destas

pessoas com promessas de um futuro melhor para elas e seus filhos em regiões do planeta onde as condições econômicas são melhores. Eles descrevem um futuro cor-de-rosa às suas vítimas.

O tráfico humano se autogere

Além da pobreza, a discriminação de gênero é outra razão para o tráfico humano. Em muitas sociedades, as mulheres são menos valorizadas que os homens, obtendo uma formação escolar pior, além de salários mais baixos e desvantagens até mesmo estabelecidas por lei. As mulheres são também com frequência vítimas de abusos e violência. Elas deixam seus países de origem com a esperança de escapar de condições de vida miseráveis.

No entanto, também há homens entre as vítimas dos padrões de gênero. O relato sobre migração global da OIM registra um crescimento do tráfico de homens e jovens. O contingente masculino perfaz 20% das vítimas deste tipo de crime.

Em muitas sociedades, a subsistência da família é uma tarefa a ser assumida pelos homens. Quando eles têm dificuldades para dar conta disso, ou porque estão desempregados ou porque seus trabalhos são mal pagos, eles costumam acabar nas mãos dos criminosos, na esperança de poderem dar apoio a suas famílias.

Outros fatores que favorecem o tráfico humano são a violência e conflitos, como a guerra civil na Birmânia, a impossibilidade de migração legal ou a falta de redes sociais. O mais absurdo da situação é que o tráfico humano acaba se autofortalecendo. A organização Artip explica essa dinâmica através de dois exemplos: quando um pescador e agricultor na Tailândia escraviza crianças birmanesas, ele leva vantagens sobre seus concorrentes.

Ou seja, estes também se veem obrigados a recrutar pessoas e submetê-las ao trabalho forçado. Efeitos semelhantes acontecem no meio da prostituição. Quando um lugar se torna conhecido pela prostituição infantil, aparecem mais clientes. E a "demanda" por crianças nesta atividade criminosa aumenta.

Reintegração na sociedade

Quando retornam a seus países de origem depois de anos de exploração, muitas dessas pessoas continuam sofrendo em consequência do trabalho forçado. Muitos acabam em um estado miserável, em função de uma alimentação deficiente e do esgotamento físico e mental. O abuso de drogas é também comum. Muitas mulheres forçadas a se prostituírem sofrem graves traumas, e são, em muitas sociedades, além de tudo estigmatizadas.

Tanto as Nações Unidas quanto os governos dos países envolvidos com o problema já reconheceram a gravidade da situação. As autoridades sanitárias norte-americanas divulgaram um guia de conduta com relação às vítimas do tráfico humano. No entanto, principalmente nos países assolados pelo problema, sobretudo em diversas regiões da África, faltam recursos financeiros para tal ajuda.

Convenções contra o tráfico humano

O combate ao tráfico humano consta, há anos, da agenda das Nações Unidas. Já em 1949, foi criada uma Convenção contra o Tráfico de Mulheres. Em 2000, o chamado Protocolo do Tráfico Humano ou Protocolo de Palermo foi aprovado, priorizando o combate ao tráfico humano internacionalmente organizado.

Os resultados dessas persecuções penais são, contudo, mínimos. O último relatório de tráfico humano da Secretaria de Estado norte-americana registrou no ano de 2010 um total de 6017 processos em todo o mundo, com 3619 condenações. Um número extremamente baixo, tendo em vista as mais de 12 milhões de vítimas do problema.

Fonte: <http://www.dw.de/dw/article/0,,15821040,00.html> - 21.03.12

Sociedade ainda não reconhece mulheres como vítimas do sexo

O preconceito resulta no medo de denunciar que se reflete na carência de dados sobre casos de exploração e tráfico

Lina Moscoso

A prática de atos sexuais como valor de troca não é novidade. A prostituição está no mundo desde os primórdios - constando até na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), lista do Ministério do Trabalho, e desde sempre é vista com preconceito pela sociedade. Nesse universo, tudo está no sexo como uma atividade rentável. Assim também, o turismo sexual e o tráfico de pessoas não são fenômenos novos, muito menos a sua ligação com a prostituição.

Portanto, as vítimas, mulheres que vivem situações de exploração e/ou abuso sexual e tráfico, são criminalizadas porque o sentimento que impera é o preconceito. Todo o sofrimento vivenciado por elas parece não ser suficiente para que a sociedade as reconheça como vítimas, o que é mais um dificultador no combate a esse tipo de crime.

O texto da Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf) resume bem a visão refletida por grande parte da sociedade: "algumas vozes justificam que o consentimento e sua inserção na prostituição não as fazem vítimas, mas, sim, coparticipantes nesse processo. Isso banaliza a situação e favorece o crescimento de um comércio lucrativo e a impunidade das organizações criminosas do sexo".

Tomando como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos não podem ser vendidos e, mesmo tendo concordado com a prostituição e assinado um contrato, essas mulheres são vítimas que precisam do cuidado do Estado e da sociedade civil.

A consequência é o medo de denunciar, um dos poucos mecanismos que contribuem para a solução dos casos. De acordo com a coordenadora adjunta da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, Tatiana Raulino, poucas mulheres procuram ajuda por livre e espontânea vontade. Primeiro, porque elas não se reconhecem como vítimas. "Isso dificulta o processo. Elas não acham que foram obrigadas a fazer nada e o medo vem de uma possível retaliação". Conforme Tatiana, as ameaças são constantes e envolvem as famílias.

A falta de denúncias também reflete na carência de dados sobre exploração, abuso sexual e tráfico. Existe uma dificuldade de contabilizar os casos. Os números que dão conta dos crimes sexuais são produzidos, geralmente, por entidades não governamentais. Não há estatísticas oficiais que norteiem as ações, a não ser as denúncias que nem sempre acontecem e, portanto, não retratam a realidade. "Desconfio dos números porque não nos mostram o que de fato acontece, mas isso não interessa muito, porque, havendo um caso apenas,

providências devem ser tomadas", conclui a deputada Patrícia Saboya.

Denúncias

Por mês, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) recebe, em média, duas denúncias. Em 2011, foram quatro delações de tráfico internacional e uma de tráfico interno. Em 2010, foram apenas três de tráfico interno. Além disso, as acusações vêm como desaparecimento e raramente aparecem como tráfico, como revela a superintendente do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Andreia Costa. A coordenadora da Pestraf, Maria Lúcia Leal, comenta que, embora tráfico de mulheres, crianças e adolescentes "esteja politicamente agendado pelas organizações mundiais de defesa dos direitos humanos como um crime contra a humanidade, esta questão não é vista da mesma forma pelo conjunto da sociedade".

Após a Pestraf, aconteceram avanços na lei. O tráfico interno passou a ser considerado crime e ocorreu a mudança do termo 'tráfico de mulheres' para 'tráfico de seres humanos'. Além disso, desde 2009, o tráfico passou a ser de pessoas e não só de mulheres, conforme indica a professora de Direito da Universidade de Fortaleza, Yasmin Ximenes. "O Código Penal criou o tráfico internacional de seres humanos e tipificou o tráfico interno, com pena de dois a seis anos de detenção".

Porém, melhorias no combate aos crimes sexuais aconteceram. Nos últimos três anos, o governo passou a criar políticas públicas que estão resultando no aperfeiçoamento do aparato policial. Foram realizadas campanhas de prevenção nos aeroportos e estradas e instalados escritórios de atendimento às vítimas e familiares. De todas as medidas, a mais importante foi a ratificação, em 2004, do "Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças", documento que complementa as determinações do Protocolo de Palermo, convenção contra o crime organizado. Dessa forma, o Brasil passou a ter amparo legal para o combate desse crime.

Apesar dos avanços, Patrícia Saboya aponta que ainda falta sensibilidade. "Hoje, a gente já está colhendo os frutos, mas é preciso que os casos de exploração sexual sejam tratados com mais cuidado", reflete. Pouco tem sido feito pela Polícia Federal no Ceará para investigar as acusações. Apenas um inquérito foi instaurado no Estado, em 2011. É preciso a responsabilização dos acusados para as autoridades de Justiça. A professora de Direito da Unifor lembra que é obrigação da polícia

averiguar e instaurar inquérito. Segundo especialistas, seria importante aproveitar as denúncias recebidas, já que nem todos têm a disposição de delatar. "Muitos crimes são desvendados com o auxílio da população", observa Yasmin.

Saiba mais

O artigo 231 do Código Penal estabelece que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ter conjunção carnal, praticar ou permitir que se pratique ato libidinoso é crime sob pena de reclusão de seis a dez anos.

Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 anos ou maior de 14 anos, a punição vai para detenção de oito a 12 anos. Se da conduta resulta morte, a pena é reclusão de 12 a 30 anos. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone é caracterizado como crime com punição de dois a cinco anos de cadeia e multa. Se o agente é família, cônjuge, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, a pena é de três a oito anos de prisão.

Opinião do especialista

É preciso colaboração entre os países

Nilce cunha - Procuradora do MPF-Ceará

Migrar é um direito. Qualquer pessoa tem sonhos e isso é saudável e natural. Existe o direito à liberdade de ir e vir. O ponto crucial é não tratar as pessoas como criminosas. Para combater os crimes sexuais há necessidade de haver uma colaboração entre os países. Alguns têm o discurso de endurecer as leis de migração, mas isso penaliza as vítimas. É uma situação complexa. Existem muitas pessoas desejosas de ir para o exterior com a expectativa de ganhar dinheiro, ajudar a família.

A dificuldade maior é apurar os casos de tráfico. As pessoas envolvidas não se veem como vítimas. Portanto, dificilmente denunciam. Fica complicado apurar quando não se tem a denúncia. Tem de haver campanhas específicas contra o tráfico. O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está sendo formatado para se tornar modelo de lei com a participação da sociedade. O problema também é que não existe pesquisa atualizada.

Traficantes de pessoas podem pegar até dez anos de detenção

Mudanças no Código Penal Brasileiro devem beneficiar o combate ao tráfico de pessoas. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do

Senado que investiga o crime aprovou, no dia 21 de dezembro, relatório parcial da senadora Marinor Brito (PSOL-PA) que deve fixar em quatro a dez anos de prisão a pena para o crime de tráfico internacional de seres humanos, e em três a oito anos para quem praticar o crime no país. Se a vítima tiver menos de 18 anos de idade ou deficiência física, a pena poderá ser aumentada. Se o crime for cometido com o fim de obter vantagem econômica, também podem ser aplicadas multas.

A proposta é adequar o código brasileiro ao Protocolo Adicional da Convenção de Palermo das Nações Unidas (ONU) sobre o tráfico de pessoas. De acordo com a legislação brasileira, o tráfico é crime só quando há exploração sexual da pessoa traficada. Por isso, o projeto propõe a inclusão de outros motivadores do tráfico de seres humanos, como trabalho forçado ou análogo à escravidão e a remoção de órgãos para transplantes. O relatório da CPI estima em 75 mil o número de mulheres brasileiras que se prostituem em países da União Europeia. A cada ano, aliciadores levam de 800 a 900 mulheres brasileiras para o exterior, onde são exploradas pela indústria do sexo.

De acordo com a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres (Pestraf), citada no relatório, a Espanha é o principal destino das mulheres brasileiras, para onde cerca de 36% das mulheres se destinam. Em seguida vem Portugal, com um fluxo de 20% das imigrantes. A Itália recebe 8%.

Em países como a França, Israel, Suíça e Estados Unidos das pessoas que entraram, 6% foram mulheres. O Japão recebeu 4%. O documento será entregue ao Senado e à Polícia Federal para que sejam investigados casos levantados durante as

diligências da CPI, como as rotas de tráfico. Pelo texto, o crime de tráfico de pessoas se caracteriza para diversos fins: exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos ou outro que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou à sua integridade física. O tipo se aplica às condutas de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, alojar e acolher pessoa, entre outras atividades. Considera, para o fim pretendido, ações por meio de ameaça e coação, entre outras formas de violência, ou por fraude e engano.

Até 2004, o Brasil não havia assinado o Protocolo de Palermo que contém a definição aceita internacionalmente para o tráfico de pessoas. Hoje, com a assinatura do documento, já existe uma política nacional de enfrentamento ao tráfico que conta com três eixos: prevenção, proteção e combate. As preocupações agora estão voltadas para a Copa de 2014 e para a chegada da alta estação nas capitais litorâneas.

Ações

O Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (NETP) tem voltado suas ações, em conjunto com outros órgãos, instituições e movimentos, para a capacitação de policiais, campanhas informativas para a sociedade, distribuição de material nas escolas, blitzes preventivas e palestras. Fortaleza conta com um projeto de construção de metodologia de atendimento às mulheres vítimas do tráfico de pessoas que trabalha com a escuta e apoio a quem sofreu o crime.

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1092288>
- 11.01.12

Trabalho escravo no Brasil: ganância, miséria e impunidade

No próximo dia 28, o Brasil comemora o Dia de Combate ao Trabalho Escravo, data esta marcada pelo assassinato de quatro funcionários do Ministério do Trabalho, no ano de 2004, quando apuravam denúncia de trabalho escravo na zona rural de Unaí (MG). A data foi oficializada em 2009, no entanto, essa luta é mais antiga. Desde o início dos anos 1970, a Igreja, com dom Pedro Casaldaliga, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tem denunciado a utilização do trabalho escravo na abertura das novas fronteiras agrícolas do país.

Com isso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como entidade do episcopado brasileiro, é aliada ao combate desse tipo de prática, fazendo o chamamento ao diálogo de

dioceses, paróquias, comunidades e entidades ligadas à missão pastoral. “Se é difícil combater o trabalho escravo pelos interesses que estão em jogo e pelo status que dele se beneficiam, mais difícil é derrotar a cultura do ter, que impulsiona muitas pessoas a serem escravas do trabalho só para acumular”, afirma o bispo da diocese de Barra do Piraí Volta Redonda (RJ), dom Francisco Biasin.

A CPT foi pioneira no combate ao trabalho escravo e levou a denúncia até a Organização das Nações Unidas (ONU), o que permitiu que o Governo fosse, de certa forma, réu, em um processo sobre a existência de trabalho escravo. Com isso, o Estado se comprometeu em criar uma estrutura de combate a esse crime em território brasileiro. “A igreja precisava tomar um posicionamento diante

da realidade já muito explícita de trabalho escravo no Brasil, o Governo negava que existia esse tipo de situação”, disse o assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, Justiça e da Paz, padre Ari Antônio dos Reis.

Em meados de agosto de 2009, houve uma reunião com diversas entidades da sociedade civil, governamentais e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo do encontro era discutir mecanismos para potencializar o combate e a prevenção do trabalho escravo, e traçar estratégias de inclusão social, em condições de trabalho dignas, dos trabalhadores vitimados. “Desde 2009, nós estamos visitando e dialogando com as dioceses sobre a situação do trabalho escravo, e também criando nesses locais pequenos grupos que vão aumentar a reflexão sobre essa situação”, explicou o padre Ari Antônio dos Reis.

A igreja assumiu uma série de ações no combate a este tipo de exploração. A partir das primeiras reflexões do Grupo de Trabalho assumiu-se a iniciativa de organizar um encontro de trabalho envolvendo algumas entidades e bispos. A partir de então, foram definidas importantes resoluções de cobrança por parte dos governantes e capacitação das pastorais para assumir iniciativas adequadas em suas áreas.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho escravo apresenta características bem delimitadas. Além das condições precárias, como falta de alojamento, água potável e sanitários, por exemplo, também existe cerceamento do direito de ir e vir pela coação de homens armados. Além disso, os trabalhadores são forçados a assumir dívidas

crescentes e intermináveis, como alimentação e despesas com ferramentas usadas no serviço.

Por parte do Estado, existem ações que podem auxiliar no combate ao trabalho escravo, como por exemplo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438. A "PEC do Trabalho Escravo" é considerada um dos projetos mais importantes de combate à escravidão, tanto pelo forte instrumento de repressão que pode criar, mas também pelo seu simbolismo, pois revigora a importância da função social da terra, já prevista na Constituição.

A PEC 438 foi apresentada em 1999 pelo ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA), e propõe o confisco de propriedades em que forem encontrados casos de exploração de mão-de-obra equivalente à escravidão, e/ou lavouras de plantas psicotrópicas ilegais, como a maconha. A PEC 438/2001 define ainda que as propriedades confiscadas serão destinadas ao assentamento de famílias como parte do programa de reforma agrária.

Persistem alguns desafios para o Estado, a Igreja e a sociedade civil, voltados na perspectiva de enfrentamento e superação desta situação. Destacam-se a fiscalização eficiente, a mobilização social contra esta prática, a reforma agrária, superação da miséria. A impunidade, ainda constante, precisa ser combatida. Na chacina de Unai, por exemplo, quatro dos réus se encontram em liberdade, beneficiados por habeas corpus, e outros cinco (acusados de participar da execução) permanecem presos.

Fonte: <http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/8544-trabalho-escravo-no-brasil-ganancia-miseria-e-impunidade> - 25.01.12

O duro caminho de volta

Stijntje Blankendaal

“Várias vezes ficou em dúvida se realmente queria ir, mas ela queria experimentar outra coisa, ficar um tempo longe do homem com quem teve um relacionamento por vários anos e com quem agora só vivia conflitos. Como ela estava combinando a viagem junto com uma colega, uma estimulava a outra. Quando embarcou, ainda pensou em desistir, mas queria encarar ao mesmo tempo sabendo que já estava devendo dinheiro da passagem e passaporte. Agora de volta, parece que o tempo passou tão rápido, como se não tivesse ido, não tivesse acontecido tanta coisa. Voltar sem nada também não era bem o que queria. Como encarar a família, os vizinhos? Alguém iria entendê-la?”

O relato, uma ficção baseada em suas próprias histórias, provocou choro entre 11 mulheres do Pará que, durante oito meses, criaram codinomes inspirados em pedras preciosas para falar sobre sua experiência no exterior. O resultado desse trabalho foi apresentado em Belém, na terça-feira 13, a representantes de ONGs, universidades e

autoridades locais, pelas 11 mulheres. O pesquisador Marcel Hazeu e a psicóloga Lucia Isabel da Conceição Silva ajudaram a colher os relatos das mulheres, identificadas com nomes como Ametista, Jade, Diamante e Cristal.

Cinco delas haviam voltado da Europa. As outras seis viviam no Suriname, país vizinho que atrai

brasileiros (e brasileiras) por causa dos garimpos. Todas tinham histórias parecidas: deixaram o Brasil em busca de uma oportunidade, acumularam dívidas com os empregadores e se tornaram prostitutas em boates ou áreas próximas de garimpos.

Das 11 mulheres, três foram enganadas sobre o tipo de trabalho que iam fazer e acabaram na prostituição. Outras quatro sabiam que iam se prostituir, mas foram surpreendidas pelas condições de trabalho nas boates. Confrontadas com dívidas altas (os donos das boates cobrando caro pela passagem, a comida e a cama) tiveram que trabalhar duro para conseguir sua liberdade (e seu passaporte) de volta.

De volta ao Brasil, fizeram parte do projeto “Mulheres em Movimento”, da ONG Sodireitos, sediada na capital paraense. Os relatos produzidos por elas servirão como material de discussão para a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que está sendo elaborado em Brasília. O programa foi financiado pela UNGift, junto com mais 12 projetos (entre 440) sobre tráfico de pessoas, recebidos de 76 países em 2010.

A preocupação com o tema tem fundamento: a cada ano, cerca de 60 mil brasileiros são vítimas das redes internacionais de tráfico de pessoas e têm como principais destinos a Espanha, Portugal e Suíça, segundo dados divulgados em agosto de 2010 pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). Os primeiros resultados do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2008 e 2010) mostraram que 80% dos brasileiros e brasileiras deportados pela Espanha eram imigrantes ilegais relacionados a algum tipo de crime de tráfico de pessoas, especialmente destinados à exploração sexual.

Segundo estimativas do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (Unodc), a exploração sexual é a maior causa do tráfico de pessoas: 79% dos casos, sobretudo mulheres. O tráfico de pessoas só perde para o tráfico internacional de drogas e armas como tipo de crime organizado mais lucrativo no mundo, movimentando 2,5 milhões de pessoas e mais de 32 bilhões de dólares por ano. De acordo com a antropóloga Maia Sprandel, do Grupo de Trabalho de Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia e Assessora Técnica da Liderança do PT no Senado, o tráfico de pessoas é difícil de identificar, pois se confunde muitas vezes com a migração irregular. O fato de ser um estrangeiro sem documentos torna a pessoa mais vulnerável ao tráfico, lembra ela.

No caso das mulheres do Pará, o trabalho feito pelas ONG tinha como objetivo fazer com que elas narrassem os próprios casos para que tivessem consciência da exploração sofrida tanto por aliciadores como pelos empregadores – e também pelo país que não as protegia. Assim, evitariam um possível retorno ao local, já que a maioria, ao voltar para casa, encontrava as mesmas dificuldades que a levava a buscar uma alternativa em outra nação.

Os relatos desenvolvidos pelo grupo capturaram as lembranças pessoais das vítimas da exploração. Num dos contos, a personagem relembra as saudades do País, que tentava vencer usando chinelos havaianas, tomando caipirinha e acompanhando a seleção brasileira de futebol. A situação é comparada por ela como a de “um soldado na guerra”. E a recepção no País de origem não era menos dolorosa: “Depois da alegria do reencontro, ela sabe que sua presença seria desnecessária para os outros, às vezes incômoda, às vezes até sem sentido, para ela e para os outros. Uma vida de dois anos em duas malas”.

Embora com destinos diferentes, as histórias tinham desfechos comuns: Cristal era babá no Suriname, mas fugiu depois de três meses de trabalho escravo; Ametista trabalhava de forma ilegal na Alemanha e na Holanda, também como babá, mas um acidente a obrigou a voltar para o Brasil; Diamante trabalhou de forma ilegal num restaurante em Portugal e foi expulsa do país. “Depois de três anos procurando trabalho, eu consegui uma vaga em um restaurante. Já ia me legalizar. Mas antes disso acontecer, acabei sendo deportada, presa e humilhada”, conta Diamante.

Ágatha, de 30 anos, relembra sua experiência na Espanha: “Chegando lá, fui recebida por um homem que me levou para o clube em Ribadeo e lá eu fiquei durante três meses, sem poder sair, pagando uma dívida de passagem que não tinha fim. Este clube foi fechado em uma operação da polícia espanhola uma semana depois do término do pagamento do meu ‘bilhete’. Trabalhei em vários clubes em Lugo, Leon e Burgos. Já tinha mais ou menos um ano lá quando comecei a pensar em trabalhar em outros lugares que não fossem clubes, mas como não tinha ‘papeles’, não consegui”.

No Suriname, Jade, de 26 anos – e cinco filhos – teve que fugir do clube onde trabalhava para se livrar dos aliciadores. Passou dois anos vivendo na rua e só voltou ao seu país com a ajuda do consulado brasileiro. “Conseguí voltar para casa, trazendo meu filho mais novo. Não sei ler e escrever e gostaria de aprender”, conta.

Estigmas

Segundo o relatório Mulheres em Movimento, as mulheres exploradas no exterior não optaram e nem se identificaram como “prostituta” ou “imigrante”, mas escolheram migrar, às vezes por meio da prostituição, sem imaginar as consequências desta decisão.

“Assim, toda mulher migrante do Brasil, de classe baixa, começa a ser identificada como uma prostituta, atuando e muitas vezes se reconhecendo como tal”, diz o relatório. “Esta identidade é produzida no contexto migratório”, aponta o documento.

Segundo a ONG, ao chegar a outro país, as mulheres se deparam com um mercado que se alimenta da “erotização da imagem da mulher brasileira, como mais aberto ao sexo e, conseqüentemente, mais ‘quente’ e liberal que as demais”. A consequência é que esse discurso, segundo a entidade, “também começa fazer parte do discurso das próprias mulheres migrantes”.

O preço que se paga é alto, perceberam as mulheres. Ao invés de serem vistas como mulheres trabalhadoras, querendo sair das periferias para melhorar de vida, como as gerações anteriores já fizeram a partir do Nordeste e do interior da Amazônia, elas são muitas vezes simplesmente vistas como “putas”.

“Em geral, trata-se de mulheres não mais tão jovens, às vezes semi-analfabetas, para quem não

existe amparo financeiro ou programas de capacitação do governo”, diz o pesquisador Marcel Hazeu.

Ao final da apresentação do relatório, a um público de cerca de 130 pessoas reunidas em Belém, uma cena simbólica: Ametista, uma das mulheres do grupo, voltou para casa de barco. Ela mora numa ilha próxima a Belém, para onde voltou depois de uma experiência na ilegalidade na Holanda. É o mesmo lugar onde Marcel Hazeu a buscou diversas vezes para que ela participasse, a contragosto no início, do grupo de pesquisa. Ao final, quando sua história foi narrada pelas próprias mulheres, houve “um silêncio absoluto” no público, relembra Hazeu.

Ametista não pensa mais em voltar para a Europa, onde trabalhava como babá. “Depois de três tentativas consegui entrar numa faculdade. Estou fazendo engenharia ambiental. Estou trabalhando como educadora social, alfabetizando jovens e adultos na periferia.” Ela ganha 800 reais, mais um dinheiro para o transporte. A ONG Sodireitos lhe ajudou a comprar um barco, que leva Ametista e os outros moradores das ilhas para a cidade. “Pago minha faculdade e convivo com minha filha de sete anos e meus pais”.

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-duro-caminho-de-volta>
- 20.09.11

Mercado humano

A pobreza, a falta de estudo e de perspectivas de uma vida melhor têm feito com que muitas mulheres, adolescentes e também crianças se tornem vítimas da exploração sexual. Algumas dessas vítimas acabam envolvidas com as redes de prostituição e de tráfico de mulheres, e se veem perdidas, em outro país, totalmente desamparadas, sem qualquer condição de voltar para casa.

Tânia Nara Melo

Ninguém desconhece a velha prática dos agenciadores das redes de tráfico: eles oferecem emprego no exterior, com bons salários e ótimas acomodações, mas que na verdade não passam de casas de prostituição que acabam fazendo das candidatas a emprego, verdadeiras escravas, sem qualquer direito ou meio de sobreviver fora dos bordéis. E as vítimas têm sempre o mesmo perfil. São mulheres e jovens que vivem na periferia das grandes cidades, que não tiveram chance de estudar – algumas mal completaram o primeiro grau - e que sonham com uma vida melhor, principalmente com a oportunidade de se projetar como modelos ou dançarinas.

Nada disso, é claro, representa uma novidade. Até porque o tráfico de mulheres e adolescentes é na verdade a terceira atividade mais rentável dentre

as praticadas pelo crime organizado, perdendo apenas para os tráficos de drogas e de armas. Milhões de dólares são movimentados anualmente em todo o mundo, em função do tráfico de seres humanos, e há um cálculo estimado de que cerca de 4 milhões de pessoas migrem ilegalmente a cada ano, e deste total uma boa parcela é de vítimas do tráfico.

No Brasil, os números são bastante significativos, num mercado que cresceu muito na última década. E a globalização, aliás, tem um papel importante nesse processo, e o exemplo é como a internet está sendo usada para explorar crianças e adolescentes, que acabam com suas fotos exploradas nos sites da web, sites esses que não necessitam de nenhuma senha especial para acessá-los. Levantamento feito pelo Ministério

Público já identificou centenas de pedófilos virtuais. O Brasil, aliás, está entre os quatro países que mais consomem pornografia infantil.

Apesar de todos esses fatos não representarem nada de novo no que diz respeito aos inúmeros problemas vividos por mulheres e jovens das camadas mais pobres, num país onde a falta de oportunidades predomina e a educação ainda é

privilégio de poucos, há esperança de que esse quadro se reverta.

Dar um basta a tudo isso, por certo não é coisa fácil. É necessária mais ação e menos discussão, pois esse “mercado” é como um câncer que, se não for tratado, se alastra e mata o doente. E neste caso, os doentes são nossas mulheres, crianças e adolescentes.

Fonte: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=401983> - 10.11.11

Pesquisadores mapeiam escravidão no Brasil

Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, produzido pela Unesp e USP, descreve distribuição e fluxos de escravos brasileiros

Depois de mais de dez anos engavetada, a Proposta de Emenda Constitucional 438 – conhecida como PEC do Trabalho Escravo – foi aprovada em segunda instância no dia 22 de maio, na Câmara dos Deputados.

Além desse importante passo para viabilizar a nova legislação – que prevê o confisco de propriedades onde houver trabalho compulsório –, o combate à escravidão no século 21 acaba de ganhar mais um aliado: o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil.

A publicação, produzida com base em uma extensa pesquisa realizada por geógrafos da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade de São Paulo (USP), caracteriza pela primeira vez a distribuição, os fluxos e as modalidades do trabalho escravo no país.

Além do diagnóstico, o Atlas apresenta duas novas ferramentas – o Índice de Probabilidade de Trabalho Escravo e o Índice de Vulnerabilidade ao Aliciamento – que poderão auxiliar na implementação da legislação e orientar as políticas públicas de combate à escravidão.

De acordo com os autores, a publicação permitirá que o poder público avalie a probabilidade de ocorrência de trabalho escravo em regiões e setores da economia específicos, facilitando o trabalho de prevenção e as ações de combate ao problema. Desde 1995, mais de 42 mil pessoas foram libertadas das condições de escravidão pelo Estado brasileiro, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Produzido por Eduardo Paulon Girardi, da Unesp, Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello e Julio Hato, da USP, o Atlas foi idealizado e lançado pela organização Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e publicado exclusivamente na internet.

O documento incorpora os dados do Atlas da Questão Agrária Brasileira, produzido por Girardi a

partir de sua tese de doutorado, realizada com Bolsa da Fapesp e defendida em 2008 na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp.

Segundo Girardi, o Atlas permite traçar o perfil típico do escravo brasileiro do século 21: um migrante do Maranhão, do norte do Tocantins ou do oeste do Piauí, do sexo masculino e analfabeto funcional. O destino mais comum desses trabalhadores são as fronteiras agropecuárias da Amazônia, em municípios de criação recente, onde são utilizados principalmente em atividades vinculadas ao desmatamento.

“O Atlas demonstra que há uma profunda ligação entre escravidão e pobreza extrema. Não por acaso muitos trabalhadores escravizados são provenientes do Maranhão e do Piauí, que são as unidades mais pobres da Federação. O trabalho escravo ocorre principalmente nas propriedades cuja localização é muito remota”, disse Girardi.

Esse isolamento geográfico dificulta os trabalhos de verificação de denúncias e é uma das principais características da escravidão contemporânea, segundo Girardi. As grandes distâncias dos centros urbanos funcionam como um recurso para impedir as fugas.

“Os outros recursos são a coerção pela violência dos jagunços, diversos tipos de humilhação impingida a quem tenta fugir e, principalmente, o endividamento”, disse Girardi.

“Ao ser aliciado em uma região pobre, com promessas de um salário que nunca conseguiria ali, o trabalhador contrai a dívida relativa ao transporte ao local de trabalho – geralmente exorbitante. Chegando ao local, é obrigado a comprar todos seus instrumentos de trabalho, comida e moradia. A dívida se torna impagável e a condição de escravidão se pereniza”, explicou.

O Atlas, segundo Girardi, utiliza fontes oficiais e consolidadas do Ministério do Trabalho e da

Comissão Pastoral da Terra. O detalhamento das ocorrências é dividido por setores da economia e em todo o território nacional.

Atividades relacionadas com pecuária ou carvão vegetal, em certas regiões da Amazônia, estão entre os exemplos de risco muito alto de existência de trabalho escravo.

“Obtivemos os dados do Ministério do Trabalho sobre origem dos trabalhadores escravizados e seu destino após a libertação. Mapeamos esses dados e depois fizemos as análises usando outras informações do setor produtivo, aliadas a dados sobre desenvolvimento humano, condições econômicas e renda. Com isso, conseguimos mapear os fluxos e as características sociais e geográficas dessa população”, disse Girardi.

Miséria gera escravidão

A partir desse diagnóstico, os pesquisadores produziram duas ferramentas inovadoras: o Índice de Probabilidade de Trabalho Escravo e o Índice de Vulnerabilidade ao Aliciamento – sendo que o primeiro é apropriado para orientar a prática do combate à escravidão e o segundo foi planejado para auxiliar as ações de prevenção.

Segundo Girardi, os índices serão fundamentais para que os gestores de políticas públicas possam traçar o planejamento para o combate à escravidão. A expectativa é que as ferramentas também auxiliem financiadores e empresas a evitar associações com empresários criminosos ligados ao trabalho escravo.

“Para produzir o índice de probabilidade, analisamos as principais atividades nas quais há trabalho escravo – a pecuária e a abertura de

novas áreas de pastagens, em especial – e mapeamos as características econômicas das regiões onde ele ocorre. Esse índice indica os municípios que têm características semelhantes àqueles onde há trabalho escravo. Com isso, os gestores têm um instrumento para a prática de combate à escravidão”, disse.

Enquanto isso, o índice de vulnerabilidade conjuga elementos que apontam a fragilidade econômica e social dos trabalhadores que correm risco de aliciamento.

Segundo Girardi, as regiões que têm características de desenvolvimento humano precário e baixa renda semelhantes às dos focos de escravização são classificadas como áreas com alto índice de possibilidade de aliciamento.

“Os dados mostram que o trabalho escravo no Brasil contemporâneo é essencialmente um problema de pobreza. A miséria dessa população é explorada por grupos de proprietários de terras criminosos, desprovidos de escrúpulos, que não enxergam o trabalhador como um ser humano”, disse Girardi.

“Por isso, não adianta apenas aumentar a fiscalização e as ações de libertação de escravos: para prevenção, é preciso combater a pobreza extrema. Muitas vezes, os trabalhadores que são libertados da escravidão voltam para sua região de origem e, sem encontrar condições para prover seu sustento, acabam sendo escravizados novamente”, disse.

Fonte:

http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/pesquisadores-mapeiam-escravidao-no-brasil?page=1&slug_name=pesquisadores-mapeiam-escravidao-no-brasil - 25.05.12

ENGLISH

Human Trafficking Scourge Needs More Than Policing

Rosemary D'Amour

South American experts and officials met in Washington this week to discuss current policy initiatives to combat human trafficking in their respective countries, part of a broader U.S.-wide tour to share information and strategies to deal with the issue.

In an event at George Washington University on Thursday, officials from throughout the region detailed not only their existing efforts, but also future goals in terms of legal policies and assistance for victims of human trafficking,

stressing a multi-faceted approach to combat the issue.

An important element in combating human trafficking, officials said, was increasing communication of the goals that need to be accomplished, as well as creating a standard for evaluating progress.

"We need to coordinate the work that needs to be done among countries," said Sebastian Bagini, a director at the National Immigration Directorate in Argentina. "And we need statistics to measure how well we're doing in this fight."

Sexual exploitation, enabled by human trafficking, is a social epidemic throughout South America, and the situation for women in Brazil is especially so, said Maria Araujo, executive coordinator of Coletivo Mulher Vida, an NGO that works on combating gender-based violence.

And because of upcoming world events like the Olympics and the World Cup, officials are worried about women and children being trafficked into the country to meet a demand for sexual tourism, Araujo said, which already ensnares more than 250,000 people in Brazil, according to UNICEF.

Recent policies in Brazil focus on social services for victims of violence and human trafficking, she said, because poverty plays a major role in the ability of women and children to escape, and often puts them at risk for exploitation.

"This foresees and attempts to diminish the impact of poverty in the life of people who are experiencing [this type of] violence," Araujo said.

While designing and establishing a viable legal framework within which to address human trafficking is an obstacle, execution of these laws remains an even bigger challenge.

"It's not going to be a question of passing the law, but implementing the law," said Omar Pardo, a lieutenant in the Panama National Police, also a representative at the discussion.

Panama's own efforts to combat human trafficking have been limited, Pardo said, with very few laws on the books that actually deal with human trafficking, versus only sexual exploitation, or smuggling.

And in the absence of government-sponsored support or feasible legal safeguards, the task of assisting victims in Panama falls largely to the police, Pardo added.

"In my country, if we as policemen have managed to save someone from a trafficking situation, we have to take care of all their needs," Pardo said. "We have to find where they'll spend the night, we have to find them something to eat, and we have to

find where to send them abroad, as most are foreigners."

This is one of the repercussions of human trafficking - an enormous number of new residents entering into a country without documentation, thereby affecting other levels and resources in a country, officials said. In Panama, Pardo said, more than 90 percent of victims are Colombian, and must be sent abroad.

Sending victims back to their country of origin is a common solution, but this does little to solve the actual problem, officials said. And often, sending victims back without the physical, emotional and legal support that they require will be detrimental for them.

Bagini, whose work at the NID deals with permanent residency for victims of human trafficking, said that Argentina's efforts in this respect have been comprehensive, including landmark moves like the Patria Grande, or "Great Homeland", law in 2006, which granted legal residency to over 400,000 undocumented immigrants from countries like Paraguay.

Argentina is also one of the few countries in the region to have five shelters specifically for rescued victims. This goes beyond simple criminalisation of human trafficking, Bagini said, by providing physical and legal support to victims during their transition.

"You have to give victims a different type of treatment," said Bagini, who added that Argentina's use of government policy in coordination with that of NGOs and police to provide support was crucial to any success it achieves.

Officials said they were optimistic about the result of the tour, hoping it would give them new ideas and methods to combat human trafficking.

"[We have the opportunity to meet with] people truly interested in exchanging information with us," Bagini said. "This is the only way to create worldwide policies or global policies that would make it possible to fight against what is a global crime."

Fonte: <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=105021> – 07.09.11

Human trafficking: another name for slave trading

Fr. Jun Mercado Omi

One of the most talked about plagues of modern society is human trafficking. People, particularly women and children, are traded and shipped by boats and planes from poor countries to well-off countries that are in constant need of cheap labor

and "objects" of entertainment, particularly to serve sexual depravity and perversion of all kinds.

In the olden times, it was called slave trade. Until it was abolished, humans were publicly traded from merchant to merchant and the slaves were

transported to Europe and the new world (then US) by the boatload. The slaves, most of them from Black Africa, were used to work in plantations as indented cheap labor and objects of their masters' sexual perversities. The slave trading was so INHUMAN and an evil "incarnate" that it became so infamous.

Governments, first the British then their counterparts in mainland Europe, could no longer tolerate the inhumanity of slave trading that it was outlawed in Europe followed by the US after another 100 years or so.

But the simple outlawing of slave trading did NOT stop the trafficking of humans. Slavers and human traffickers are so creative in transforming themselves into "legal" recruitment agencies and they tap the one thousand and one ways of shipping or transporting modern day slaves to all destinations in need of indented cheap labor and "entertainers" that also include minors.

UN figures on human trafficking are so shocking that they shame sophisticated law enforcement that include the Interpol, the US FBI, and the Homeland Security network tracking terrorists worldwide.

The UN reports say that the number of victims of human trafficking at any given time is approximately 2.4 million persons. Of this staggering number about 80 percent are exploited for sexual entertainment and about 17 percent are exploited for forced labor. The ratio of female to male slaves (including children) is two to three meaning two female for every three persons trafficked.

Human trafficking which is actually another name for slave trading is a staggering and lucrative worldwide business. The same UN reports estimate an annual value of \$32 billion in this modern day slave trading.

The Philippine government has passed two important legislations to combat human trafficking, at least on paper! These are RA 10022 otherwise known as the Migrant Workers and Overseas Filipinos Act of 1995 and RA 9208 also known as the Anti-Trafficking in Persons Act of 2003. With about 14 million Filipino OFWs, it would appear that most trafficked Filipinos are "willing victims" and

minors looking for ways to provide financially for their families.

Moreover, under the two laws on human trafficking, the element of exploitation is the thin line that defines the boundaries between "illegal recruitment" and human trafficking. The element of "exploitation" is hard to ascertain in times of need and during hard times for the families. Every OFW, whether abused or exploited or victimized through fraud and deception, wishes only to provide for the family.

In various countries in the Middle East, particularly Saudi Arabia, and in neighboring places like Japan, Korea, Malaysia, Singapore and Hong Kong, they, no doubt, serve as the modern day "slaves" of the bygone era.

In the Southern Philippines, the provinces of Tawi-Tawi, Basilan, Sulu and the peninsula of Zamboanga area are being used as backdoors or gateways for trafficking of modern day slaves. The grapevine even announces the departures of "boats" for the neighboring Malaysia using the Malaysian flag. Thus when you see the Malaysian flag raised in a seaport, everyone in town, except perhaps for the law enforcers, knows that there is a boatload of trafficked persons leaving for the day.

Of late, the PNoy administration is showing some seriousness in the campaign against human trafficking. The Interagency Council against trafficking has fast-tracked the conviction rate to an average of 20 per year. The council has convicted 83 persons.

Albeit these are small fish convictions, the sign is there that more would be coming and we can only hope that the DOJ and DSWD that chair and co-chair the Council would show more activism in pursuing the big fish involved in human trafficking.

As said earlier, slave trading is a lucrative business and the demand for "slaves" is great. Definitely, there is money that goes around that makes the business robust.

Fonte:

<http://www.gmanetwork.com/news/story/263451/opinion/blogs/human-trafficking-another-name-for-slave-trading> - 28.06.12

Sex trafficking snares hundreds of thousands of American children

Over 80 percent of cases of American sex slavery involve US citizens, not immigrants. It's a problem this country must find creative solutions to solve through conferences like Demand Abolition, which took place in Boston.

Beena Sarwar

She was only 15 when she escaped, but she had already been sold for sex up to nine times a day since she was two years old. Her parents pimped her out and beat her severely, but Mary (not her real name) is a survivor – no longer a victim.

Twelve years later, she helps other survivors in the US and abroad, volunteering with the Not For Sale Campaign.

I met Mary over lunch at a convention on sex trafficking in Boston recently and she told me her story.

It has taken “a lot of healing and hard work” to get this far,” she said.

Besides survivors like Mary, activists, government officials and law enforcement officers gathered at the intense, two-day event in Boston in May, organized by Demand Abolition, a program of Hunt Alternatives Fund. The focus of the conference was on abolishing the demand for commercial sex.

Demand Abolition aims to bring about “a cultural change in how people see the buying of human beings for sex” and to eradicate demand for what is now the world’s number two crime, along with illegal arms sales. (The drug trade is number one.)

Mary’s story, sadly, is not unusual. Most prostituted women report having been sexually abused as children, often by family members.

In its 2012 Trafficking in Persons report released Tuesday, the State Department included heartbreaking stories of trafficking victims around the world who were tricked by family members or acquaintances into forced labor or prostitution.

Estimates on the number of children sold for sex in the United States vary from 100,000 to 300,000 a year. Over 80 percent of cases investigated by the Justice Department were US citizens, not immigrants, although the State Department acknowledges that the US is not immune from the problem of international trafficking.

Contrary to the popular perception that johns are lonely middle aged or old men, most men who buy sex are between mid-twenties to mid-forties in age. Most are not lonely singles, but in relationships with girlfriends or wives. They are doctors, neurosurgeons, lawyers and corporate employees.

The convention underscored the urgency of a universal problem.

Sex trafficking is basically “an extension of slavery, that impacts primarily women of color,” to quote Vednita Carter, the founding Executive Director of Breaking Free, a Minnesota-based “direct service”

organization that helps women and girls escape prostitution.

Worldwide, prostitution is largely viewed as a consensual relationship between two consenting adults, a matter of supply and demand, a ‘necessity’ for men, particularly those who are old and lonely. It’s considered a man’s “right” to pay for sex. Some argue that if women choose to enter the trade, they should be allowed to practice it, that women in ‘escort services’ are better off than the ‘street ladies’.

But the bottom line, said Carter, is that “prostitution is about a sex act, whether it takes place in a hotel room or a back alley. If it hurts one, it hurts all. The very act violates human dignity.”

But movies and television series glamorize prostitution, making it seem ‘okay’ to the public. One of the most damaging social perceptions about this trade is that it’s like any other business and that it’s okay for men to buy sex. In my own country, Pakistan, courtesans are glamorized in numerous films and literary pieces.

Lifetime Television’s new series, “The Client List,” features a young single mother who starts work at a massage parlor and turns to prostitution to “save” her family financially -- a move portrayed as “rewarding and honorable,” by Washington State Attorney Rob McKenna in an op-ed in the Huffington Post highlighting the whitewashing of the issue.

This, as McKenna points out, is “a stark departure from a reality in which prostitutes overwhelmingly don’t find their work glamorous. Minors involved in the business are often runaways. A majority of adult prostitutes experienced sexual abuse as children.” (Massage therapists have initiated an online petition against “The Client List” for promoting misconceptions about their trade; several national advertisers have responded by pulling their ads)

At a workshop during the Demand Abolition convention, British journalist Julie Bindel quoted a 32-year old woman who “started when she was 12 years old... was put on crack and has been unable to leave.”

Most of the women Bindel surveyed during her recent research had experienced at least one form of violence, with the highest percentage being from the buyers (johns). The research, which will be published this month, finds that the “age of entry” for nearly one-third of the prostituted women surveyed was under 18 years old -- “very telling, not shocking,” she said. The average “age of entry” worldwide, including in the US, is 13.

What is shocking is that “girls as young as ten years old were being recruited on the Metro in Washington DC”, said Mary Lou Leary, Acting Assistant Attorney General at the Department of Justice, speaking at the convention. “They were being trafficked by this ring, while still living with their parents.”

“This goes on in every community. It’s a pervasive problem,” said Leary. “This is not just a global problem, it’s a crisis right here in the USA.”

‘Romeo pimps’ target vulnerable young girls who are seeking escape from poverty and abusive domestic situations. Once trapped, the children find it hard to escape, not just physically but also emotionally. To get them to testify against “the only daddy they’ve ever known” is hard, as Leary put it.

That is why it’s important to involve survivors who have managed to exit the trade in the investigation and prosecution of sex cases. The Illinois Cook County Sheriff’s Office employs three such survivors.

Marian Hatcher, Special Projects Assistant accompanies the Vice Unit and works with women who are caught up in the raids. “Leadership is important,” she says, giving credit to Sheriff Tom Dart. “Enforcement of the law is what makes the difference.”

When a Virginia police officer in a workshop at the convention raised a question about how to get ‘the girls to talk’, Hatcher told him that his unit should include survivors.

More from GlobalPost: In Canada, teen girls arrested for running trafficking, prostitution ring

“That’s what you’ve got to do,” she advised when he said it didn’t. “Law enforcement units busting prostitution rings must include survivors, to walk the

women through what to expect and convince them to be witnesses.”

Most states in the US have laws that criminalize human trafficking (Massachusetts passed this legislation as late as November 2011, and in April, West Virginia became the 49th state to do so). However, 42 states lack “safe harbor” laws that would protect trafficked minors from being prosecuted for prostitution.

But the game is changing. With law enforcement agencies increasingly focusing on the demand (johns) rather than the distribution (pimps) or supply (prostituted women and girls), johns and pimps are changing tactics too. Throwaway cell phones and Internet transactions are on the rise. Pimps are herding girls across state borders, making it harder to track their moves. The trend towards privatization is pushing sex workers into hotel rooms and apartments where research shows they are just as vulnerable, if not more, to violence and abuse as on the street.

Will this culture of exploitation ever end? Those working to counter it believe it will, given legislation, political will and proper enforcement – in addition to a change in public opinion, which considers it socially acceptable to buy sex.

“I hope that my two-year-old daughter and forthcoming baby will find sex trafficking as incomprehensible as separate water fountains are to me,” said Lina Nealon, the young Director of Demand Abolition, her voice choking with emotion.

It’s a dream that is likely to take a long time being fulfilled. But if perceptions about slavery and segregation could change, why not about men who pay for sex?

Fonte: <http://www.globalpost.com/dispatches/globalpost-blogs/rights/sex-trafficking-children-united-states> - 20.07.2012

Trafficking: a human rights abuse, not an immigration offence

The British government's new anti-trafficking strategy is high on rhetoric about immigration crime and border control, and lacks any real commitment to protecting victims of trafficking, says Jenny Moss

Jenny Moss

I suppose we should not have been surprised by the focus on border control in the British government’s new trafficking strategy, but it’s still disappointing.

On July 19 2011, as parliament went into recess, the Home Office released its new anti-trafficking strategy. Long awaited, we had hoped that amongst other things the strategy would improve access to services for victims; reform the National

Referral Mechanism so that it actually functioned as a system to refer people into services rather than an immigration scrutiny process; focus on polices to prevent trafficking; and assist victims in accessing compensation.

The first clues that the strategy would ultimately be a disappointment to NGOs and others working with victims of trafficking, came after a series of mishandled and seemingly tokenistic ‘consultation’ exercises, boycotted by some because of the lack

of preparation and meaningful consultation, despaired at by others who attended and wished they hadn't as the questions asked were superficial and betrayed a worrying lack of understanding of the issues.

At Kalayaan we were not surprised when the strategy came out with high rhetoric about immigration crime and border control, and lacked any real commitment to protecting victims of trafficking and human rights abuses. Just over a month before the strategy was released, the Government proposed to remove the most basic protections against trafficking from migrant domestic workers; the right to change employer and to be recognised as a worker with rights under employment legislation. I've written about these Government proposals and why they will lead to an increase in trafficking in a previous article on openDemocracy. These proposals betray the fact that the Government is less concerned with policies that have been hailed by parliamentarians to be effective in preventing trafficking, such as the domestic worker visa protections, and more concerned with being seen to be tough on so called immigration crime.

This strategy confirms our belief that the Government is incapable of having a sensible conversation with the general public when it comes to anything that even touches on migration. I think the public are quite sensible enough to see that trafficking is about human rights abuses; it is the Government who conflate it with illegal immigration or immigration crime (phrases found throughout the strategy). Some statements in the strategy try to link migration and trafficking in a way that is perplexing: "In response to the existing threat of human trafficking we have already taken steps to strengthen the border...and amendments to the Points Based System ensure the right people are allowed to come to the UK." I have literally no idea how putting a quota on the number of skilled workers coming to the UK, or increasing the income threshold for highly skilled workers, has anything to do with trafficking.

There is also a kind of dark comedy in the idea that "our response at the border will also focus on groups who may not be known to UK authorities, but fit a trafficker or vulnerable migrant profile". People who traffic for domestic servitude generally come from the most respectable parts of society: diplomats, doctors, leading HIV scientists... plan in some extra time at the UK border - they mean you!

Concentrating on trafficking as an immigration problem has led to a situation where trafficking victims are treated on a bad day as immigration

offenders, and on a good day as potential witnesses. Their status as human beings and their needs as individuals are considered later if they are 'identified', and then only in the most narrow terms. This is no way to encourage people to come forward to the authorities, and if they don't come forward, 'disrupting the networks' is not going to get any easier.

Steve Chalke, founder of the charity Stop the Traffik and UN.GIFT, Special Advisor on Community Action against Human Trafficking, sums up the feeling well, saying in an anti-slavery press release: "The government's immigration-dominated focus on addressing the symptoms and not the causes of the trade in human beings will do little to stem the tide. It could also increase the vulnerability of the men, women, and children who are trafficked into the UK and exploited, by concentrating more on their immigration status than their position as victims of a horrible crime. Human trafficking is a human rights abuse, not an immigration offence..."

Chalke's statement also touches on the fact that the National Referral Mechanism (NRM) concentrates more on people's immigration status, than on their needs as a victim of human rights violations. We'd hoped that the new strategy would be a chance for the government to address this, but it seems there just isn't the political will. One of the biggest problems identified by NGOs is that the National Referral Mechanism is actually nothing to do with referrals into services. A referral into the NRM does not for example guarantee accommodation, or a caseworker to ensure that you get legal advice or counselling. The NRM is primarily an immigration scrutiny tool, and has been used to glean information from victims of trafficking as early as possible in the process, often before they are ready to talk openly about what has happened. This information is later used to undermine any immigration claims the victim might have.

There could still be hope though. The government has called a meeting of NGOs in September to discuss the trafficking strategy. If there is the political will to be flexible, then there may be room for everyone to have a closer look at the strategy and try and pull out some of the more sensible ideas, whilst carefully side stepping some of the worst anti-migrant rhetoric. For instance, the statement that "we must tackle the demand for inexpensive, unprotected and often illegal labour" although on the surface too general to be useful, and unhelpfully focused on illegality rather than the structures that facilitate human rights abuses, could be turned into something more positive if for instance the Government look at providing

affordable care for children, and a workforce who can care for elderly people in their own homes. Interventions to solve those issues might reduce the profitability of trafficking individuals and enslaving them in this work. A review of the legislation on prosecuting traffickers would also be helpful given there have still been no successful prosecutions of trafficking an adult for domestic servitude since the Act that criminalised this was introduced in 2004.

For Kalayaan though, there is one issue that is at the forefront of tackling trafficking - and that is giving workers proper protections in law. Trying to 'weed out' bad employment relationships at the border or in the visa application process won't work for very many reasons. For instance, most domestic workers are brought to the UK from their employer's country not their own. If they were to denounce their employer at a British Embassy interview they would be left stranded; homeless, jobless and in breach of their visas, at the mercy of authorities who may not have a great deal of respect for human rights.

If workers are properly protected, and have the option to leave their employment without jeopardising their families security and livelihood,

this not only removes some of the power that traffickers rely on, but also gives workers an escape route if things go wrong. Migrant domestic workers for the most part don't want to be rescued, they just want to move on and find fair terms and conditions of work. For instance, Kalayaan figures show that of 157 individuals we identified as having been trafficked over a given period, 102 of these chose not to be referred into the NRM. For 68 of those individuals the reason they chose not to be referred was that they either wanted, or already had, a new job, and simply wanted to move on and support their families. At the moment, their visa allows them to do just that without any reliance on the state. The Government proposals to bring domestic workers on a visit visa that ties them to their employer with no working rights will facilitate trafficking. It is simply absurd that on the one hand, with the launch of the new strategy, Government claims to be tackling trafficking and protecting victims, whilst on the other hand it proposes to remove the domestic worker visa protections, that work well to do exactly that.

Fonte: <http://www.opendemocracy.net/5050/jenny-moss/trafficking-human-rights-abuse-not-immigration-offence> - 17.08.2011

Modern-day slavery decried

Annette Jiménez

The Diocese of Rochester is teaming up with other local groups to combat the tragedy of human trafficking, which has persisted in the United States long after the country's abolition of slavery.

And when the diocesan Public Policy Committee decided to work toward eradication of this modern-day slavery in the Rochester region, members discovered that the trafficking of women may occur not far from the diocesan Pastoral Center in Gates, said Jann Armantrout, the diocese's life-issues coordinator.

Once while dining at a nearby restaurant, Armantrout said she glanced at her paper placemat and noticed an ad for a hotel offering half-day services. That's when she realized she might be too close for comfort to the degradation of women in the form of prostitution, in which women often become unwilling victims due to coercion or drug addiction.

"Every story is horrific," Armantrout said of the research she has been conducting on trafficking. "And it seems so systemic and ingrained in the fabric of our society."

While the work of trying to end trafficking is "emotionally demanding," it is an urgent task that the community must take on, Armantrout said during a public-policy luncheon Sept. 23.

"We want to see what we can do to make our community a safer ... place for all of us to live," with dignity for all," she noted.

The diocesan Public Policy Committee will work to increase awareness of the occurrence of human trafficking locally and advocate that such industries as travel and tourism aren't being used as opportunities to lure victims for such purposes as providing "entertainment" at conferences, for example, Armantrout explained.

"We want to break the cycle of exploitation," she added.

Doing so will involve such traditional partners as the Sisters of St. Joseph, Sisters of Mercy, Feminists for Life, Rochester Area Right to Life, lawmakers at local, state and federal levels, and law-enforcement officials. Surprisingly it also will include working with Planned Parenthood staff members, whom

Armantrout invited to provide input at the public-policy luncheon. Because the agency provides rape-crisis services to sexual-assault victims in five counties -- Monroe, Livingston, Genesee, Orleans and Wyoming -- Planned Parenthood's health-care providers are on the front lines in screening for trafficking, explained Rick Bartell, the agency's regional director of education and outreach.

The diocesan campaign to tackle the issue and educate the community about it is part of the Catholic Church's longstanding commitment to helping such victims of human-trafficking and end slavery in all forms. This commitment, which is rooted in the church's catechism, was reaffirmed in 1965 during the Second Vatican Council and continues to this day.

"The Catholic Church ... in the United States stands ready to work with our government to end this scourge," Miami's Archbishop Thomas Wenski said in a 2004 report when he served as bishop of Orlando. The report was published by the U.S. Conference of Catholic Bishops' department of Migration and Refugee Services. "We cannot rest until trafficking in human persons is eliminated from the globe."

Forms of trafficking

Human trafficking is defined as the recruiting, transporting, harboring or receiving of people by means of force, fraud or coercion. According to information from the USCCB migration department, trafficking historically has included women and children traded for prostitution or sexual exploitation.

Trafficking can be domestic or international, and may include men and boys as well as such labor victims as farm or construction workers, nannies, nail technicians and massage parlor employees, noted Erie County Sheriff's Deputy Elizabeth Fildes, head of the Western New York Human Trafficking Task Force.

"We must look at the process," she said. "We think 'trafficking,' they have to be moved. But it doesn't mean they have to be moved. A (person) could be in your house and being trafficked. ... It could be in the home and a father or husband could be bringing people into the house."

As law-enforcement officials, members of her office look at a case to see "is it involuntary servitude or debt exchange or bondage or enslavement or sex trade?" she explained. "When we look at all of this as a whole, they (traffickers) must have a process, a means and an end. ... Something of value must be exchanged for this person's work or sex --

money or drugs or something of value is given to this victim for it to be trafficking."

Judy Gough, director of migration, refugee and immigration services for Catholic Charities in the Diocese of Hartford, Conn., noted such exchanges arise from traffickers' warped view of those who become their victims.

"They do not see victims as human beings but as property they can sell over and over," said Gough, who led a webinar (an Internet-based seminar) about trafficking on Sept. 15.

Prior to the 2006 creation of the Western New York Human Trafficking Task Force, Fildes said cases of trafficking were popping up at massage parlors and farms, on website pages such as Craigslist and even during traffic stops. These incidents seemed to suggest trafficking was a prevalent issue in this region.

The task force was created using a \$1 million grant from the U.S. Department of Justice, with the money being split between law enforcement and support services provided by the International Institute of Buffalo, Fildes explained. The task force has grown from seven agencies or government offices to 31 groups, including the U.S. Department of Homeland Security, district attorney offices in Buffalo and Rochester, Farmworker Legal Services of New York (FLSNY), and the National Center for Missing and Exploited Children.

Since she began this work, Fildes said the task force has rescued more than 300,000 victims.

Yet trafficking continues to increase, she said.

"It's easier to sell a person than it is to sell a gun or drugs," Fildes remarked. "When you look at two people walking down the street, unless you know exactly what's happening in that relationship, you don't know if there's a victim or not. It's so beneath the surface. It's hard for law enforcement to find it to discover it to find out what's going on."

Prostitution's evolution

Another startling revelation for most people is that some trafficking victims are U.S. citizens who are lured into the world's oldest profession, Fildes said. And with the persistence of the current economic downturn, trafficking in the form of prostitution could get even worse, she added.

"Kids that can't find jobs get desperate," Fildes remarked. "These traffickers know what to ask children. And the victims have low self-esteem. ... A lot of times victims don't feel good about themselves."

She said such girls or boys can easily fall for the charms of a pimp, who showers them with gifts and attention, then asks them to sell their bodies for money to continue buying these gifts. Often, victims don't realize they're being coerced because they're asked to do it "just one time," she added.

"One time turns into 20 turns into 40 turns into years of abuse," Fildes said.

Gough agreed that one of the biggest myths in contemporary society is the notion that prostitutes are willing participants.

"They are watched, beaten and drugged to maintain control," she added.

In years past, prostitutes were arrested and prosecuted, but law enforcement since has developed a better understanding of these predatory relationships, Fildes noted.

"At age of 16, it's kind of crazy to put a person in jail who can't even consent to sex until 17," Fildes said. "Now, we look at how to prosecute the 'john' as a purchaser and the 'trafficker' who is the pimp. ... These girls can't keep the money. They don't make their own decisions. That's the worse part about this crime."

Sadly, the victims of prostitution keep getting younger, and the Western New York Human Trafficking Task Force has had cases involving girls as young as 12, she added.

"People who work with children need to know about this," Fildes remarked. "These men take away all the freedoms of these girls. She has no choice what to do in her life -- where she sleeps or what food she's going to eat. And when she doesn't do what she's told, she gets a beating. In every sense of the definition, she falls into (sex trafficking)."

Effect on migrants

Gough explained that trafficking victims fall into three categories: bonded labor, forced labor and child labor. Immigrants, she noted, may be found in all three categories.

The U.S. State Department estimates that 14,000 to 17,500 immigrants are brought into this country each year for the purpose of trafficking, Armantrout said, adding that 80 percent of those are women and children.

But federal law enforcement's emphasis on immigration status during the past decade has created even more opportunities for traffickers to take advantage of migrant workers, asserted Renan Salgado, an investigator and educator with FLSNY's human-trafficking division.

"Thanks to criminalizing of their documentation status, a lot of (farmworkers) believe they don't have any rights," he said. "They are being victimized."

Such migrant workers often are smuggled involuntarily into the United States where they are exploited because they don't have legal status, Gough said, adding that victims come from Asia, Latvia, China, Burma, Cambodia and Russia. In western New York, such victims come primarily from Mexico, Salgado said, and are forced not only to work on farms but also on construction sites, in massage parlors, at hotels, or as nannies or sex workers.

One of the biggest cases illustrating the power traffickers have over migrant workers occurred in 2001, Salgado said. That's when local law-enforcement officials successfully prosecuted a woman who had contracted with several produce growers in Monroe, Genesee and Orleans counties and kept about 100 workers in indentured service.

"She kept them under strict surveillance with armed guards outside their house," Salgado added. "She chose when to give them money for food or when to feed them. It was pretty much traditional slavery."

The federal Victims of Trafficking and Violence Protection Act was passed around the same time, he noted. The law, which was reauthorized in 2008, provides service agencies such as FLSNY with resources and incentives to help these victims.

The legislation also offers protection for migrant workers who come forward while a case against their traffickers is still pending, Salgado explained. Additionally he said, once the criminal case is closed, affected immigrants can apply for temporary residency through U-visas, for immigrants who are victims of criminal activity, and T-visas, which allow certain trafficking victims and immediate family members to temporarily remain and work in the U.S. if they agree to testify against the perpetrators.

Participants at the Sept. 23 public-policy luncheon noted that Congress is discussing whether to continue funding this legislation. The diocesan Public Policy Committee is advocating for reauthorization of the law, per the recommendation of Sister of St. Joseph Beth LeValley, who works for Congresswoman Louise Slaughter.

The law has been a vital tool for agencies such as FLSNY that provide crisis and support services to migrant workers, said Salgado, who also is a member of the Western New York Human Trafficking Task Force. But another task he has taken on is educating law-enforcement officials so that they do not automatically view migrant workers

-- who potentially are trafficking victims -- as criminals because of their undocumented status.

"(Law enforcement's) approach to stopping someone or choosing to incarcerate or detain, it's different ... when they're trained," he said.

Migrants who seek a better life should not be penalized or victimized, Armantrout emphasized. That is why the diocesan Public Policy Committee's effort to educate the community about trafficking is

so important, she said, as is providing local agencies with the resources to aid victims.

"We are all created in the image of God," she added. "It's startling how much slavery there is in our contemporary culture ... and how many more victims -- women, children and men -- are trapped in this lifestyle."

Fonte: <http://www.catholiccourier.com/in-depth/current-topic/respect-life-2011/modern-day-slavery-decried/> - 04.10.11

Human and child trafficking on the rise

Lisa Collacott

Human trafficking is not just a problem in other countries. Trafficking for sex or labor exploitations is increasing in the United States at an alarming rate.

While there are many organizations around the country that are trying to put a stop to human trafficking through prevention one organization in Colorado Springs is working with victims once they've been rescued.

Restore Innocence is dedicated to helping victims of child trafficking. The organization is working on opening a safe house where victims can be restored and reintegrated back into society. Victims would receive counseling and medical treatment as well as receiving help in getting a job or into college.

"Our big vision is to open the Cinderella House which is an all-encompassing after-care facility. Once the girls are rescued and taken off the street they would come to us for healing and restoration," said Michelle Korth, founder and executive director. "It's getting them on their feet before they are out in society and having a safe place for them even after they leave. They can know they're cared for and loved and they can come back for holidays. We'll always be in their lives. It's not just a program where they come and leave."

The average age of victims Restore Innocence works with is 18-year-olds.

Child trafficking stats

There are approximately 100,000 to 300,000 human trafficking victims in the United States.

Korth said 90 percent of all human trafficking victims in the country are American children with the average age being 13. About 70 percent are deemed throw-a-way kids — those who have run

away, are in foster care or are neglected by their parents. Some kids are even sold by their parents for drugs. Only one percent of child trafficking victims are kidnapped.

According to the organization Stop Child Trafficking Now 2.8 million children run away in the U.S. each year. It is estimated that within 48 hours of hitting the streets one-third of those are then lured or recruited by sex traffickers.

The U.S. Department of Education states on its website, www.ed.gov, that children are targeted because of their "vulnerability and gullibility." The streets are not the only place victims are targeted. Young victims can be found on chat lines, clubs, through friends, at malls and even after-school programs.

Korth said there is a surprising number of victims who come from wealthy families.

Human trafficking has been reported in all 50 states and while many are trafficked for labor most of the U.S victims are trafficked for sexual servitude. The Justice Department reported that 14,500 to 17,500 foreign nationals are trafficked into the U.S. each year.

When Korth and her husband first got a glimpse into the world of trafficking they set out to make a difference and said they would have moved anywhere. However, when they learned how staggering the number was in the U.S. they knew they had to do something at home.

Too close to home

Just last month 14 men received indictments for their participation in a child trafficking ring in Colorado. Four of the men coerced girls under the age of 18 into prostitution in Denver, Lakewood, Grand Junction, Glenwood Springs and Boulder.

According to a statement by the Attorney General's office the suspects arranged "out-calls" through the Internet. They face charges of trafficking in children, the pimping of a child, inducing child prostitution and contributing to the delinquency of a minor. In addition, 10 others were indicted on charges of patronizing the operation.

According to a documentary video on YouTube by Rocky Mountain Slavery Interstates 25 and 70 are being used to transport victims of human trafficking, particularly international victims. Additionally, the video states that human trafficking is one of the fastest growing crimes in America. (That video can be seen on the left of your screen.)

Chief Jake Shirk said the Monument Police Department does not have any jurisdiction on Interstate 25 so he does not know to what extent it is used for transporting trafficking victims.

"Let your imagination run wild with what is occurring on I-25. We know there are drugs. Human trafficking, I assume there is," Shirk said.

Shirk said in his seven years with the Monument Police Department he has never received a report of human trafficking occurring in the area.

"If it was happening we'd be very concerned with it but I don't have any indication that it is," Shirk added. "I've never heard of any rumors (of it happening). If I did I would take it very seriously."

During his years with the Aurora Police Department Shirk said he never got involved in cases of child trafficking at the street level because it was always dealt with through higher level investigations. He did say, however, that there was one case of human trafficking that he was involved in as S.W.A.T. commander.

He was called in to assist with the tactical needs during a joint operation involving law enforcement agencies in metro Denver and across the state that involved Oriental massage parlors.

Korth said human trafficking is occurring in small towns elsewhere and not just the big cities. "It can happen anywhere," she added.

Fonte: http://www.ourcoloradonews.com/trilakes/news/human-and-child-trafficking-on-the-rise/article_0dd74b89-205c-5cbd-acc6-5cf4beb6f090.html - 09.02

ESPAÑOL

Tráfico de personas: un crimen que no se detiene

Desde el punto de vista jurídico, se define como comercio humano a todo tipo de reclutamiento, transporte y albergue de seres humanos con el fin de explotarlos.

El tráfico de personas es el rubro del crimen organizado que más crece, y a paso acelerado. Se estima que, en 2010, más de 12,3 millones de personas fueron víctimas del comercio humano, de la esclavitud moderna y la prostitución forzada.

De acuerdo con datos de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), se deduce que más de la mitad de las víctimas del comercio humano en todo el mundo provienen del este y del sur de Asia. Y que una de cada dos personas traficadas es un niño.

El beneficio obtenido a partir del comercio con seres humanos asciende a 25.000 millones de euros por año, con lo cual supera al que produce el tráfico de drogas. Muchos no saben qué es exactamente el tráfico de personas. "La falta de conocimiento y conciencia del tema es uno de los mayores obstáculos en la lucha contra el comercio humano", se publicó en la revista mensual de las Naciones Unidas, UN-Chronicle.

Desde el punto de vista jurídico, se define como comercio humano a todo tipo de reclutamiento, transporte y albergue de seres humanos con el fin de explotarlos. Las víctimas son explotadas como mano de obra, para la prostitución, como niños y niñas soldado, empleados y empleadas domésticas, se los obliga a contraer matrimonio o se les extraen los órganos.

El papel de la pobreza

Una pregunta recurrente es por qué las víctimas caen en las garras de los traficantes de personas, y lo hacen a menudo de manera voluntaria. Y también por qué pagan grandes sumas de dinero a quienes más tarde serán sus verdugos. Según el Proyecto Regional contra la Trata de Personas y el Tráfico Ilícito de Migrantes (ARTIP, por su siglas en inglés), un proyecto comunitario de varios países del sudeste asiático que trabaja para combatir el comercio con seres humanos, las principales

causas de ese comportamiento son la pobreza y la desigualdad.

El tráfico humano se lleva a cabo casi siempre desde países pobres a países más ricos. Tailandia es un buen ejemplo de ello, ya que es, al mismo tiempo, punto de partida y objetivo del comercio humano. Por lo general, los tailandeses son transportados hacia Australia, Europa, Japón y EE. UU. Y en las fábricas y hogares tailandeses trabajan personas traficadas desde Myanmar, Camboya y Laos.

No pocas veces, las víctimas poseen una formación escolar básica, como constató en un estudio la Iniciativa Global de las Naciones Unidas para la Lucha contra la Trata de Personas (UN.GIFT). Los comerciantes de seres humanos se aprovechan de las esperanzas de la gente y de sus aspiraciones de una vida más digna. Los convencen de que a ellos o a sus hijos les irá mejor en tal o cual país y les pintan un futuro promisorio.

Cuestión de género

Además de la pobreza, la discriminación de género es otra de las causas del tráfico humano. En las sociedades de muchos países se sigue desvalorizando a la mujer, por lo cual reciben una formación de menor calidad que los hombres, obtienen puestos de trabajo mal pagos y son perjudicadas por las leyes. A menudo, las mujeres son víctimas de abuso y de violencia, y abandonan su país con la esperanza de escapar de esas circunstancias de vida humillantes.

Pero también los hombres pueden llegar a ser presa de su rol de género. En su informe mundial, la OIM señala que ha habido un incremento global en el tráfico humano de jóvenes y hombres adultos. De un cuarto a un quinto de las víctimas es de sexo masculino. En muchas sociedades, es tarea del hombre sostener a la familia, y si no pueden hacerlo porque no hay trabajo -o sólo lo hay muy mal pago-, aceptan la oferta de los traficantes de personas a la espera de poder alimentar a los suyos.

Otros factores que favorecen el tráfico humano son la violencia y los conflictos, como la guerra civil en Myanmar, la falta de perspectivas para emigrar legalmente y la carencia de una red de apoyo social.

Lo más peligroso en todo este desarrollo es que la competencia entre los traficantes de personas promueve y aumenta el comercio humano. ARTIP

explica esta dinámica con dos ejemplos: si un pescador tailandés emplea a niños birmanos como esclavos corre con ventaja frente a sus competidores, que se ven obligados a reclutar también a trabajadores forzados. Un efecto similar se percibe en el terreno de la prostitución infantil. Si un lugar es conocido por su oferta de prostitución infantil, la clientela aumenta y, con ella, la triste demanda de niños para prostituirlos.

Reintegración social

Los que vuelven a su país, luego de haber sido explotados durante varios años, sufren de daños físicos y psicológicos de por vida. El estado de salud de los trabajadores esclavos está, a menudo, devastado por las carencias alimenticias y por el agotamiento. Las mujeres que son obligadas a prostituirse acarrear graves traumas psicológicos. Además, la adicción a las drogas es moneda corriente en el ámbito de la prostitución forzada, y, como si eso fuera poco, las mujeres quedan estigmatizadas al regresar a sus lugares de origen.

Las Naciones Unidas y los gobiernos de algunos países ya han reconocido que existe el problema del tráfico de personas. El ministerio estadounidense de Salud publicó un manual de ayuda a las víctimas del tráfico humano. Pero, por sobre todo, es necesario que los países más afectados por este fenómeno cuenten con medios financieros para ayudar a las víctimas, especialmente en varias regiones de África.

La lucha continúa

La tarea de combatir el tráfico de personas es desde hace varios años parte sustancial de la agenda de las Naciones Unidas. Desde 1949, la ONU acordó una convención contra el tráfico de mujeres. En el año 2000 se aprobó el Protocolo de Palermo, cuyo objetivo es combatir las redes de tráfico humano del crimen organizado.

Sin embargo, el éxito de la persecución penal aún se hace esperar. El Informe sobre Tráfico de Personas del ministerio estadounidense de Relaciones Exteriores de 2011 registra 6.017 acusaciones y 3.619 veredictos. Una cifra poco alentadora teniendo en cuenta a las más de 12 millones de víctimas.

Fonte: <http://noticias.terra.com.co/trafico-de-personas-un-crimen-que-no-se-detiene.85bfca40fdc26310VgnVCM4000009bf154d0RCRD.html>
- 19.03.12

Trata de personas en Alemania

La trata de personas sigue siendo un problema global, señala el informe anual del Gobierno de EE. UU. Y también constata que en Alemania aún hay mucho por hacer.

Michael Gessat/ Cristina Papaleo

“Alemania es país de origen, de tránsito y de llegada de mujeres, niños y hombres que son víctimas de explotación sexual y trabajos forzados”, dice el informe estadounidense “Trafficking in Persons Report 2012” (Informe de Tráfico de Personas 2012). Una muy mala noticia para Alemania. La buena noticia es que, al menos, este país cumple totalmente con los estándares internacionales mínimos para combatir la trata de personas, por lo cual el documento coloca a Alemania –como en años anteriores– en la categoría 1, la mejor de las cuatro que contempla ese estudio.

¿Castigos muy leves en Alemania?

La buena y la mala noticia son una contradicción solo en apariencia. Pertenecer a la “Categoría I” no significa que un país no tenga ningún problema en cuanto a trata de personas, sino que el Gobierno de ese país muestra una actitud responsable al respecto. El informe 2012 elogia a Alemania, pero también presenta algunas propuestas: por un lado, el Gobierno alemán reforzó su empeño en la lucha contra el tráfico de seres humanos en el aspecto preventivo, en la protección de las víctimas y en la persecución penal. Por el otro, los culpables reciben castigos demasiado leves en este país, en su mayoría multas o condenas condicionales en lugar de cárcel. Por eso, directamente después de haberse llevado a cabo el juicio, las víctimas siguen estando expuestas a amenazas.

Declaración y luego deportación

Además, el informe sugiere que el Gobierno germano debería ser más generoso con los permisos de estadía para las víctimas del comercio humano. Así también lo ve Heike Rabe, experta del “Instituto Alemán de Derechos Humanos”, una organización sin afiliación política. “Por el momento, las víctimas de la trata de personas que declaran durante un juicio obtienen un permiso de estadía para la duración del mismo. Cuando finaliza, deben regresar a sus países, algo que, obviamente, no atrae demasiado a los afectados”, dice.

Si el Estado quiere que se persiga a los culpables con más eficacia, entonces debería ofrecer algo a cambio a las víctimas, es decir, un derecho de permanencia en el país que se extienda más allá

del lapso del proceso judicial. “Es un modelo que existe en Italia hace ya varios años, y que ha dado muy buenos resultados en cuanto a persecución penal”, sostiene Heike Rabe. Y hasta ahora, según ella, no ha habido casos en los que las víctimas hayan simulado que fueron explotadas para poder permanecer en ese país.

Base estadística incierta

Sin embargo, no es posible confirmar de manera fehaciente cuán grave es el problema de la trata de personas en Alemania, ni la eficacia del marco legal existente, y tampoco el manejo que hace la Policía o las autoridades en general. El informe estadounidense se remite al año 2010, constatando una cierta cantidad de cambios porcentuales en comparación con el año anterior, e interpretando así tendencias en alza o en baja.

Las cifras que utiliza el informe provienen del reporte “Situación de la Trata de Personas”, de la Oficina Federal de Investigaciones Criminales (BKA), que solo ofrece información acerca de investigaciones ya concluidas, y no toma en cuenta las cifras inciertas. Pero, justamente, es enorme la cantidad de casos que no figuran en las estadísticas, presume Heike Rabe. En 2010 hubo en Alemania solo 24 juicios y 41 personas afectadas, incluyendo un allanamiento a restaurantes chinos en todo el territorio nacional. Si se consideran esas cifras ínfimas, una comparación estadística con el año anterior parece no tener mucho sentido.

Explotación sexual

También los delitos de explotación sexual presentan cifras absolutas relativamente bajas, al menos en lo que respecta a casos registrados por la Policía. La BKA informa sobre 470 juicios con 610 afectados, que se traducen en el informe estadounidense. Tampoco aquí se puede realizar una comparación con el año anterior que permita interpretaciones fehacientes.

El espectro de los casos de trata en Alemania abarca desde jóvenes alemanas que caen en las redes de los llamados “*Loveboys*”, hombres que les prometen una relación amorosa pero cuya intención es hacerlas trabajar como prostitutas, pasando por mujeres nigerianas que son sugestionadas y amenazadas por medio de

ceremonias de vudú, hasta empleadas domésticas de representantes diplomáticos. De acuerdo con ese panorama debería resultar poco menos que imposible sacar conclusiones generales sobre un cambio en las tendencias penales en Alemania.

Pérdida de la autodeterminación

“Tampoco es cierto que la mayoría de las mujeres lleguen a Alemania secuestradas y sin saber lo que les espera”, subraya Heike Rabe. Una gran parte llega, según ella, voluntariamente a Alemania para trabajar en la prostitución, y luego les sucede lo que casi siempre sucede a los inmigrantes ilegales: “En el transcurso del proceso de inmigración, hombres y mujeres van perdiendo cada vez más su autodeterminación, es decir, que ya no pueden controlar dónde ni en qué condiciones trabajan. Y eso se aplica tanto al burdel como a la empresa de la construcción”, aclara la especialista. La gran diferencia, subraya, son, por supuesto, aquellos casos reales de prostitución forzada con la consecuente violación gravísima de la integridad sexual, a la que se somete principalmente a las

mujeres, tanto en Alemania como en el resto del mundo.

Nuevas estrategias a nivel europeo

A pesar de todos los datos poco claros acerca del problema de la trata de seres humanos en Alemania, el camino correcto sigue siendo incrementar los esfuerzos para combatir ese mal, tal y como exige el Informe de Tráfico de Personas 2012 a los países que conforman la categoría I. Así piensa también la comisaria de Asuntos Internos de la Unión Europea, Cecilia Malmström, que presentó una nueva estrategia para el combate de la trata de seres humanos ante la UE en sincronía con el informe estadounidense. Las metas de la UE son lograr un mejor reconocimiento de las víctimas, brindarles una mayor protección, y aumentar y mejorar las medidas de prevención y de persecución penal. Heike Rabe piensa que esa es la perspectiva indicada, ya que, según ella, “los puntos principales del proyecto reflejan en su mayor parte muy bien la problemática alemana”.

Fonte: <http://www.dw.de/dw/article/0,,16044967,00.html> - 22.06.12

Trata de personas: hay que frenar el consumo

El mejor combate es el que podemos hacer como sociedad al dejar de ignorar la realidad que sufren miles de personas y exigir que autoridades combatan activamente este lucrativo delito.

En semanas recientes, durante un viaje de trabajo a Chiapas y Aguascalientes, tuve la oportunidad de observar lo que un gobierno y la sociedad civil son capaces de lograr en materia de combate a la trata de personas cuando existe voluntad política para detener este delito, que representa las mayores ganancias para el crimen organizado después del tráfico de drogas y armas.

En Tuxtla Gutiérrez visité la llamada Zona Galáctica y en Aguascalientes capital Las Violetas, áreas conocidas como lugares de tolerancia en ambas ciudades. Pude ver con asombro que muchos de los moteles, giros negros y bares se encuentran abandonados o clausurados debido a los constantes operativos de la PGR, la Policía Federal y las procuradurías de las dos entidades.

El procurador general de Justicia de Chiapas, Raciel López Salazar, ha emprendido una lucha ejemplar a partir de que entró en vigor la Ley para Combatir, Prevenir y Sancionar la Trata de Personas en el estado. Hoy se cuenta con 46 procesos penales en la materia, ocho personas sentenciadas por este delito y 137 víctimas rescatadas, en su mayoría mujeres centroamericanas menores de edad.

En San Cristóbal de las Casas tuve la oportunidad de platicar con la alcaldesa, Victoria Cecilia Flores Pérez, quien ha expresado su preocupación de que al ser combatidos en Chiapas, los grupos criminales se trasladan a otros estados donde se les permite operar con absoluta impunidad. Reconoció que aún falta mucho por hacer en la entidad, pero que los logros obtenidos se deben a la firmeza con la que la fiscalía ha decidido enfrentar este delito.

Me reuní con fiscales, agentes del Ministerio Público y personal de la procuraduría de Chiapas. Les presenté mi postura sobre la Ley General de Trata de Personas, ya que tenían mucho interés en el tema. Al terminar mi participación, de manera respetuosa, sugerí al procurador, frente al personal a su cargo, aplicar acciones similares a las de la Comisión Nacional de Derechos Humanos, la cual tiene estrictamente prohibido que su personal asista a cualquier tipo de giro negro o lugar que pueda estar involucrado en algún tipo de actividad que ese organismo persigue.

Para mi asombro, varios de los asistentes respondieron explicándome que desde el inicio de la gestión del procurador López Salazar, se les

pidió que no asistan a ningún tipo de negocio o evento en el que se pudiera poner en duda su credibilidad y que, por tanto, el personal de esa dependencia no asiste a lugares en los que pueda existir el riesgo de que se perpetre alguna de las actividades que la dependencia combate.

En Aguascalientes, la directora general del Instituto Aguascalentense de las Mujeres, Elsa Amabel Landín Olivares, me invitó al foro regional “Mujeres migrantes, víctimas de trata de personas”, acto que sirve como preámbulo a la elaboración de un diagnóstico regional que pueda dotar de herramientas a las autoridades para la toma de decisiones y la puesta en marcha de acciones estratégicas y precisas para la aplicación de un programa focalizado, de actuación conjunta para prevenir, dar atención a víctimas y erradicar la trata.

El combate a este delito se mide por resultados. Estos deben ser no sólo de operativos, sino más bien por las víctimas rescatadas y las sentencias obtenidas para los criminales. En este sentido, el Distrito Federal es la entidad más exitosa con 11 sentenciados, seguida por Chiapas con ocho.

Haciendo un análisis de este esfuerzo, me pregunto: ¿dónde está el Instituto Nacional de Migración? En estas visitas no logré encontrar información de operativos de esa instancia en los que se haya rescatado a víctimas de trata. Los giros negros de varias entidades del país están llenas de mujeres migrantes, principalmente centroamericanas. Es terrible que no se esté actuando por proteger a estas menores, seres humanos que merecen ser rescatados y devueltos a la sociedad de manera digna.

Recordemos el caso de Raúl Vázquez Damián y Carlos Moreno Flores, funcionarios del INM, señalados por una adolescente hondureña como responsables de privarla de su libertad en el municipio de Frontera Comalapa, Chiapas, para obligarla a prostituirse. Esta menor declaró haber sido golpeada y amenazada para que no denunciara los hechos. A su queja se sumaron las de más víctimas de trata provenientes de Guatemala, Honduras y El Salvador. A pesar de los testimonios y la evidencia que se presentó en su contra, fueron puestos en libertad por el juez tercero de distrito.

Es inaudita la cantidad de funcionarios que están coludidos con la trata de personas y la extorsión de migrantes. Al conocer los testimonios de jóvenes que fueron víctimas y han sido rescatadas de estas redes de delincuencia, es increíble ver que estas redes tienen presencia en todo el mundo y que a

algunas mujeres las llevan de un país a otro forzándolas a prostituirse.

Algunas de estas mujeres son obligadas a prostituirse en varios de los Men's Club, considerados de prestigio en la Ciudad de México y en urbes de todo el mundo. Son mujeres mexicanas, guatemaltecas, venezolanas, colombianas, argentinas, rusas, checas, eslovacas, etcétera. Es importante que hagamos conciencia de esto. Hoy en México se otorga con facilidad visas a bailarinas y me pregunto: ¿qué bailan que no puedan bailar nuestras mexicanas para otorgarles visa de trabajo cuando tenemos tanto desempleo?

La mayoría son mujeres que podrían ser nuestras hijas, y que desde muy temprana edad fueron robadas de su familia y de su inocencia, y por medio de las peores torturas y mecanismos de control, como la drogadicción, la amenaza y el engaño o, pero aún, la tortura de los bebés que les fueron robados, son obligadas a satisfacer a clientes que creen que son mujeres que les gusta “la vida fácil”.

No es posible que esto continúe si no es por la complicidad de autoridades corruptas que miran hacia el otro lado y que se justifican con la idea de que “a ellas les gusta”. Asimismo, esto no existiría si no fuera por los miles de hombres que contratan los servicios de jovencitas y que no se detienen al ver que es una menor de edad, una mujer desnutrida, una mujer golpeada, una mujer en drogas o, peor aún, al ver lágrimas en sus ojos y sentir el dolor en su mirada. Es importante hoy más que nunca que abramos los ojos y podamos ver la realidad: que esa jovencita mexicana, europea, sudamericana o de donde sea es una mujer que no disfruta ser forzada a prostituirse.

De acuerdo con cifras del Unicef, en México por lo menos 20 mil niños y niñas son víctimas de explotación sexual, ¿qué nos dice esta cifra sobre la posibilidad de que esa jovencita que está en la esquina o en el table es víctima de trata y no está ahí simplemente por negocio o gusto? La probabilidad es muy alta. El riesgo de ser consumidor y, por tanto, cómplice de esta tortura a un ser humano es muy alto. No te arriesgues. El mejor combate a la trata de personas es el que podemos hacer como sociedad al dejar de “mirar hacia el otro lado”, dejar de ignorar la realidad que sufren miles de personas, exigir que las autoridades municipales, estatales y federales combatan activamente este delito y, sobre todo, como sociedad detener el consumo.

Fonte:

<http://tampico.milenio.com/cdb/doc/noticias2011/0249b7cd3a3d9540adb56c146b966103> - 23.10.11

México: Guadalajara: Explotación sexual, cruel flagelo del siglo XXI

Todas las autoridades reconocen el grave problema de la explotación y trata de personas, pero ninguna lo ha podido resolver debido a que es un delito oculto y de difícil seguimiento, esto a causa de las redes que se tejen por bandas de delincuentes para no dejar huella del camino que siguen y afecta a miles de personas en todo el país y Jalisco no está exento de él.

Son víctimas silenciosas que a diario son marginadas y explotadas por personas que no conocen el significado de la palabra "derecho", son los niños, niñas y mujeres que son sometidos a la explotación laboral, sexual o de servidumbre.

En México la venta y el tráfico de mujeres por redes criminales que las "enganchan" para vender droga o bien abastecer el mercado de prostitución se ha vuelto una práctica cotidiana y una problemática social difícil de erradicar.

El Día Internacional en Contra de la Explotación Sexual y el Tráfico de Mujeres, Niñas y Niños celebrado desde 1999, declarado por la ONU, tiene como fin concienciar a los gobiernos y a la sociedad civil sobre las causas y consecuencias de este crimen, uno de los peores y menos vistos flagelos en la actualidad.

Según la Organización Internacional del Trabajo, la trata afecta cada año a más de tres millones de personas, especialmente a mujeres y niñas, 90 por ciento de ellas adolescentes y niñas.

Según el INEGI, en nuestro país hay casi cuatro millones de niños trabajadores entre los 5 y 17 años, de los cuales 31 por ciento son menores de 14 años y trabajan en la agricultura, uno de los tres sectores laborales más peligrosos, y muchos de ellos en condiciones de explotación y trata.

Para el coordinador jurídico del Instituto Jalisciense de las Mujeres, Marco Cervera, la trata de personas recurre a la amenaza, al uso de la fuerza u otras formas de coacción, al rapto, al fraude, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad, o a la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de la víctima a ser explotada.

La pobreza y la miseria son los mayores culpables de que exista este problema y nuestro estado no es la excepción, reconoce Marco Cervera "Es sabido que en Jalisco se da esta situación", lamentó que actualmente no existe un registro preciso debido a que es un delito oculto.

Esta forma de esclavitud moderna, considerada así por la Organización de las Naciones Unidas, afecta

principalmente a los menores de edad quienes son los más vulnerables a esta situación, debido a que no son capaces de denunciar las agresiones al estar sometidos, señaló el coordinador jurídico.

La trata de personas es un "negocio" muy redituable del crimen organizado, sólo detrás del narcotráfico y el tráfico de armas; los traficantes tienen pocos riesgos al comercializar a sus víctimas y las sanciones penales establecidas son pocas veces aplicables.

En materia legal, el artículo 142-J del Código Penal establece como trata de personas: "al que ofrezca, promueva, facilite, entregue o consiga a una persona menor de dieciocho años de edad o a una persona que no tenga capacidad para comprender el significado del hecho; para cualquier forma de explotación, se le impondrán de seis a doce años en prisión".

La importancia de la lucha contra este problema social es tal, que las medidas que se toman en nuestro Estado en materia legal son constantes, tal y como aseveró Marco Cervera.

"Las víctimas que sobrepasan la mayoría de edad se encuentran desprotegidas en materia legal acerca de estos delitos; nosotros, en conjunto con el Gobierno del Estado y el Comité Regional, ya hemos hecho peticiones para la modificación al Código Penal", manifestó.

Marco Cervera agregó que "En abril de 2010, la diputada Claudia Rodríguez González presentó al Congreso una iniciativa que contribuirá en gran medida a la prevención de este tipo de delitos. Nosotros como organismo preventivo, proponemos nuevas iniciativas; la más reciente de ellas aún sigue en proceso de análisis, pero está por presentarse un nuevo exhorto".

Complementó que "la trata de personas es difícil de rastrear, posiblemente la forma más adecuada es monitorear las fuentes de consumo, como lo son los anuncios comerciales en las revistas o incluso en los periódicos donde se publican estos anuncios que dan a entender el ejercicio de la prostitución".

Este tipo de delitos son perceptibles en el día a día en nuestro estado, "Simplemente en la Zona Rosa de la ciudad de Guadalajara se ofertan diariamente personas, entre ellas menores de edad", detalló.

Lamentablemente "los delitos de explotación y tráfico sexual son poco denunciados por las víctimas, ocasionando inconsistencias entre los casos registrados y las cifras reales de la práctica en general".

En el caso de las denuncias, manifiesta el coordinador del IJM que "las mujeres que acuden a nuestro Instituto presentan como secuela trastornos de personalidad debido a que desarrollan una segunda identidad como forma de bloqueo y evasión, es por eso que cuando rinden declaración, muchas de las veces hay contradicciones en los hechos señalados y adoptan

otro nombre para sobrellevar la agresión sexual a la que fueron sometidas; el deterioro en la salud y las adicciones son otras de las consecuencias".

De manera anual se realizan diversas actividades por parte del Instituto para dar información a la ciudadanía en general y con el fin de prevenir la problemática social, "En los foros organizados, hemos contado con la valiosa presencia de peritos psiquiátricos".

El IJM brinda ayuda a mujeres envueltas en esta problemática social, pone a disposición de la ciudadanía servicios como Asesoría Jurídica, Orientación Psicológica, Ministerio Público y Bolsa de Trabajo, en coordinación con la CNDE.

Fonte: <http://mujeresenaccion.over-blog.es/article-mexico-guadalajara-explotacion-sexual-cruel-flagelo-del-siglo-xxi-86049647.html> - 06.10.11

En busca de una respuesta a la trata y tráfico de mujeres

Uruguay es un país de "origen, tránsito y destino" de víctimas de trata con fines de explotación sexual. Las mujeres jóvenes, provenientes de hogares pobres, que son reclutadas por organizaciones del crimen organizado y llevadas a otro sitio en condiciones de esclavitud, son las más vulnerables a esta aberrante práctica.

Tales son algunas de las características que el país presenta en cuanto a esta compleja problemática que fueron presentadas en el Día Contra la Explotación Sexual y el Tráfico de Mujeres, Niñas y Niños, el pasado 23 de septiembre.

Desde 2008 una mesa interinstitucional, conformada por organizaciones de la sociedad civil, los ministerios de Desarrollo Social, Interior, Relaciones Exteriores, el Poder Judicial y la Organización Internacional para las Migraciones, trabaja en la unificación de criterios contra esta violación a los derechos de las humanas.

La misma tiene por objeto generar políticas unificadas para la prevención, atención y reparación de las víctimas de la trata con fines de explotación sexual.

Lo que no se ve, no existe

"Con un engaño te pueden hacer esclava", es la consigna de la campaña iniciada por el Instituto Nacional de las Mujeres contra esta violación de los derechos.

Según Beatriz Ramírez, directora del organismo, bajo promesas de mejoras económicas para ellas y sus familias, las víctimas son convencidas de

trasladarse y quedan luego en condiciones de esclavitud. Lo importante, destacó, es que sepan que en estos casos "quienes llevan la mejor parte son las redes" de crimen organizado.

Señaló que en el último año hubo un incremento significativo del número de casos conocidos de trata de mujeres, de más de 50 por ciento. Atribuye dicho aumento al funcionamiento de servicios de atención como proyectos piloto y al mejor conocimiento por parte de la sociedad de la existencia de los mismos.

Actualmente Uruguay cuenta con dos leyes que abordan la temática: la ley de migración, que cuenta con un capítulo específico sobre el delito de trata, y la ley contra la explotación sexual comercial a niños, niñas y adolescentes.

Por medio de la última, ingresaron más de 20 denuncias al juzgado de crimen organizado en 2010.

A su vez, una nota del diario La República, de septiembre de este año, destaca que fueron siete el total de mujeres que pudieron retornar al país, luego de conseguir salir de una situación de trata en la que se encontraban.

Según Ramírez, se trata de un problema que hasta hace poco se encontraba oculto en el país. Ahora, relató, son familiares los que realizan la denuncia o se acercan a los servicios para trasladar su preocupación porque sus hijas se encuentran desaparecidas o no se comunican hace ya mucho tiempo.

Algunas de las recomendaciones del Instituto son: mantener consigo la documentación personal, intentar contar con un pasaje de regreso y, en caso de encontrarse en otro país, dirigirse a los consulados respectivos donde se les brindarán vías de retorno.

Adelantó además que se viene trabajando desde la mesa interinstitucional Contra el Tráfico de Mujeres en el diagnóstico, la atención y el diseño de protocolos de actuación frente al tema.

La intención es generar salidas integrales, explicó la directora del Instituto, pues una vez logrado el regreso hay que dar respuestas laborales, de inserción educativa, sociales, y no sólo garantizar el retorno, detalló.

Perspectiva de género

La perspectiva de género es sustancial en la interpretación del problema, según las expertas que trabajan en la temática.

Diana González, abogada especializada en temas de género y generaciones y consultora del Instituto de las Mujeres, explicó que "cuando hablamos de la utilización de seres humanos como esclavos hablamos de la perspectiva de género".

En el tráfico de seres humanos no hay crisis

Ante la situación de precariedad o pobreza en la que viven, un gran número de jóvenes ceden a las ofertas de los captadores, que las atrapan en las redes de prostitución con la promesa de ofrecerles cursos de formación o trabajos temporales.

La mayoría de campañas de prevención contra el tráfico de seres humanos no ha tenido ningún efecto destacado. Incluso el Parlamento Europeo declaró recientemente que todas las medidas adoptadas por la Unión para limitar las consecuencias de esta plaga eran ineficaces. Según los datos publicados por el Consejo de Europa, se trata sin embargo de una de las principales fuentes de financiación del crimen organizado; la "trata de blancas" es además el sector de la economía sumergida que registra el desarrollo más excepcional de los últimos años.

El tráfico afecta sobre todo a mujeres: representarían alrededor del 80% de las 800.000 personas que, cada año, son víctimas de este tráfico. Se ha instado en numerosas ocasiones a los países miembros de la Unión Europea a que asuman sus responsabilidades: ayudar materialmente a las víctimas para que puedan volver a sus países o bien proporcionarles una protección administrativa si desean permanecer en el territorio de la UE. Estas mujeres deben estar

Ello implica que todas aquellas personas que son vistas desde la visión patriarcal como identidades subalternas: niños, niñas, adolescentes, varones con identidad homosexual, y, por supuesto, mujeres, son más vulnerables al tráfico y la trata.

Por ello, explicitó, es fundamental entenderla como una de las formas más terribles de la violencia basada en el género.

Actores de la sociedad civil, por su parte, destacaron "ese instante de duda" de la víctima que parece ser sustancial al momento de ser captadas.

Según las organizaciones que trabajan en la temática, la decisión "no es inmediata" y podría prevenirse de haber un entorno afectivo y con capacidad de cuidado.

Según los datos con los que cuentan las organizaciones que llevan adelante los servicios pilotos de atención a las víctimas y familiares en convenio con el Estado (ONGs El Faro y Casabierta), estas se encontraban muy solas al momento de ser captadas.

Fonte:
<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&langref=ES&cod=60915> - 03.10.11

convencidas del beneficio de testificar contra sus carceleros y, si fuera necesario, garantizar su seguridad ante la posibilidad de represalias por parte de estos últimos.

En la práctica, esto ocurre en contadas ocasiones. Veamos el ejemplo de Bulgaria. Según los datos de la comisión nacional de la lucha contra el tráfico de seres humanos, el número de víctimas en 2010 se elevó a 500 personas, es decir, el doble del año anterior. Este año, hasta el mes de abril, las víctimas ascendían a 154: 141 mujeres y 13 niños. Se trata, como es evidente, de la punta del iceberg, de los casos comprobados de tráfico; la realidad, como podemos imaginar, es aún más preocupante.

La finalidad del tráfico es la explotación sexual

Los países de riesgo para los búlgaros son Países Bajos, Alemania, Francia, Reino Unido, Italia, Chipre y Suecia. En la mayoría de los casos, la finalidad de este tráfico es la explotación sexual, aunque también se ha observado un

recrudescimiento de las denuncias por trabajos forzados. Hace unos días, se publicó la noticia de la detención de dos búlgaros residentes en Suecia que intentaban atraer a compatriotas al país, tentándoles con la posibilidad de obtener un trabajo bien remunerado y alojamientos agradables. En realidad, les forzaban a recoger frutas y a vivir en tiendas de campaña en pleno bosque; les habían confiscado sus documentos de identidad y nunca les pagaron.

Pero los pocos casos de condena por parte de la justicia no logran invertir la tendencia. Durante una operación policial, hace unos años, se detuvieron a dos hombres que intentaban trasladar a mujeres de Bulgaria a Grecia. Se descubrió que recorrían los campos búlgaros para captar a jóvenes a las que obligaban a prostituirse en Sofía o en la vecina Grecia y luego se quedaban con el 50% de sus ingresos. Fueron condenados en primera instancia, pero luego claramente fueron absueltos, ya que se vieron sus fotos en la prensa británica el pasado verano, mientras intentaban “colocar” a esclavas blancas en el territorio de Reino Unido.

"Ofrecer formación en el extranjero"

Las autoridades también advierten de que los traficantes ahora demuestran una gran imaginación para atraer a sus víctimas y hacer que caigan en sus redes. Por ejemplo, últimamente su método consiste en ofrecer “formación en el extranjero”, sobre todo cursos de idiomas. La violencia física se utiliza cada vez menos y se sustituye por amenazas psicológicas y presiones a la familia que se queda en el país. En Bulgaria, las principales causas del desarrollo de estos tráficos siguen siendo el analfabetismo, el hundimiento de los valores morales, el racismo y la discriminación étnica, la pobreza, la pésima situación económica, el paro... Esto podría explicar el cambio de estrategia de los traficantes, que cada vez más se hacen pasar por agencias de trabajo temporal.

Se trata de un fenómeno que corre el riesgo de perdurar porque, en periodos de crisis, la gente busca desesperadamente una salida a situaciones materiales en muchas ocasiones catastróficas y están dispuestas a hacer cualquier cosa para salir de ellas. Las campañas de sensibilización únicamente logran mejorar un poco este triste panorama. El trabajo de verdad sigue estando en manos de la policía, tanto en ámbito local como

internacional. Después de todo, nos podemos preguntar por qué los policías europeos, con su gran maquinaria represiva, no pueden acabar con el puñado de peces gordos que dirigen este tráfico...

Trabajo - Esclavitud a la europea

“Camareras que cobran tres euros por hora, obligadas a trabajar siete días a la semana y durmiendo bajo la máquina de café, compartiendo dos o tres la misma cama. Trabajadores de un túnel de lavado a los que les pagan 20 euros por diez horas y nada si hace mal tiempo. “Los nuevos esclavos están entre nosotros”, titula en portada Le Soir tras la publicación en Bélgica del 14º informe anual “Trata y tráfico de seres humanos” del Centro para la Igualdad de Oportunidades.

El informe pone de relieve la profesionalización del tráfico de seres humanos: un fenómeno que se asienta sobre entramados cada vez más complejos y con responsabilidades cada vez más difíciles de establecer gracias al empleo de subcontratas. El diario de Bruselas cita concretamente un caso que ha acabado en los tribunales en Gante. Se trata de una cadena de restaurantes de carretera que habría recurrido sistemáticamente a la subcontratación para explotar a sus víctimas, trabajadores kazajos empleados en los baños de los establecimientos siete días a la semana, de siete de la mañana a diez de la noche, por un salario bruto de 1.200 euros al mes. Reclutados por una empresa alemana, se les consideraba independientes y así no estaban sometidos a la legislación belga sobre las condiciones de salario y de trabajo.

“El otro pilar sobre el que se asienta la explotación económica es la directiva europea sobre la libre circulación de trabajadores y sus perversas consecuencias”, ahonda el informe al que se refiere Le Soir. Dicho documento aboga por “una inspección social europea para recabar información fiable sobre el estado de un trabajador o de una empresa”. Una condición que, con la elaboración de una ley para instaurar una co responsabilidad de los intermediarios, permitiría luchar eficazmente contra el fraude fiscal, social y la trata de seres humanos.

Fonte: <http://www.presseurop.eu/es/content/article/1070091-en-el-trafico-de-seres-humanos-no-hay-crisis> - 18.10.11

ITALIANO

Strategia Ue per sradicare la tratta di esseri umani

Specifiche unità nazionali e squadre investigative europee

Carlo Lavalle

La schiavitù non è ancora scomparsa dalla società ma sopravvive in forme moderne come la tratta di esseri umani o trafficking.

Milioni di persone - donne e uomini, ragazzi e ragazze - ne restano vittime ogni anno nell'Unione europea e nel mondo, venendo usate per scopi di asservimento, sfruttamento sessuale, lavoro forzato o prelievo di organi dopo essere state reclutate, sequestrate e trasferite da biechi criminali con mezzi coercitivi e fraudolenti.

Per estirpare questa piaga malefica che si diffonde in maniera preoccupante la Commissione europea ha adottato il 19 giugno un documento di strategia comprendente un complesso di misure da attuare nell'arco del quinquennio 2012-2016.

Il testo individua cinque priorità che includono gli aspetti di prevenzione del fenomeno, l'attività di identificazione, protezione e supporto alle vittime, nonché il rafforzamento dell'azione penale nei riguardi dei trafficanti. Tra le iniziative più significative prese in considerazione - in coerenza con quanto stabilito dalla direttiva 2011/36/UE, il cui termine di recepimento è fissato al 6 aprile 2013 - sono da segnalare l'istituzione di specifiche unità nazionali dedicate alla lotta anti-trafficking e la creazione di squadre investigative comuni europee col compito di perseguire il reato di tratta transfrontaliera.

Altri importanti obiettivi previsti dalla strategia europea sono la formazione di un meccanismo UE per individuare, indirizzare, difendere e assistere meglio chi è caduto nella rete criminale, la realizzazione di una coalizione tra le imprese, e il sostegno a progetti di ricerca per studiare Internet e social network in quanto strumenti sempre più utilizzati da malvagi sfruttatori.

Globalmente, secondo un rapporto dell'Organizzazione internazionale del lavoro che risale al giugno 2012, il numero delle vittime di lavoro forzato, compreso lo sfruttamento sessuale, è pari a 20,9 milioni, di cui 5,5 milioni minori, non di rado obbligati a compiere attività illecite, come l'accattonaggio organizzato, e venduti come fossero merci anche ad un prezzo di 20.000 euro (fonte Europol).

Nelle nazioni sviluppate (Stati Uniti, Canada, Australia, Giappone, Norvegia e paesi UE) si stima invece che i lavoratori forzati ammontino a circa 1,5

milioni, in percentuale circa il 7% del totale mondiale. In Europa sono centinaia di migliaia gli individui oggetto di tratta. Molti di loro provengono da paesi terzi, segnatamente da Nigeria, Vietnam, Ucraina, Russia e Cina, ma la tratta interna all'Unione, riferita a cittadini comunitari, soprattutto di Romania, Bulgaria, Polonia e Ungheria, sembra in aumento. "Disgraziatamente la schiavitù non è stata ancora confinata ai libri di storia. È spaventoso vedere come ancor oggi gli esseri umani siano messi in vendita e costretti al lavoro forzato o alla prostituzione", ha dichiarato Cecilia Malmström, Commissaria UE per gli Affari interni.

I dati iniziali raccolti dagli Stati membri UE mostrano, in armonia con le cifre fornite da organismi internazionali quali l'Ufficio delle Nazioni Unite contro la droga e il crimine (UNODC), che la stragrande maggioranza delle vittime, principalmente donne e ragazze, subiscono uno sfruttamento sessuale (nel 2010 il 76%), mentre la parte restante è avviata a lavoro coatto (14%), accattonaggio (3%) e servitù domestica (1%). La tratta rappresenta d'altro canto una fonte di grossi guadagni per le associazioni criminali, valutati intorno alle decine di miliardi di euro all'anno. Tuttavia, più cresce la dimensione del fenomeno più si riduce la capacità di assicurare i colpevoli alla giustizia: dal 2008 al 2010 è infatti diminuito il numero di condanne per trafficanti e complici.

Alla luce della situazione, la strategia abbracciata dalla Commissione, che verrà discussa successivamente in sede di Parlamento e Consiglio europeo, riflette la necessità di incrementare e rendere più efficace l'azione di contrasto. Integrando la normativa precedente il programma approvato, frutto di una larga consultazione con governi, società civile ed esperti, assume i loro rilievi e le loro preoccupazioni. In accordo con le disposizioni vigenti, la Commissione, che ha per giunta nominato nel marzo 2011 un coordinatore europeo antitratta al fine di garantire un approccio uniforme al problema, dovrà monitorare i progressi compiuti contro il trafficking e la condotta degli Stati membri, tenuti ad osservare gli impegni presi. Entro il 2014 sarà pubblicata una prima relazione contenente una valutazione sul percorso intrapreso.

Fonte: <http://www3.lastampa.it/esteri/sezioni/articolo/1stp/459254/> - 20.06.12

ASIA/THAILANDIA - Allarmante il fenomeno della tratta dei minori costretti a vendere fiori e a mendicare

Pak Kred

A Bangkok sono migliaia i bambini dati in “affitto” per pochi soldi dalle famiglie più indigenti ai trafficanti che li obbligano a chiedere l’elemosina e a vendere fiori per le strade. Secondo l’ong thailandese Stop Child Begging, che si occupa del traffico di minori, la maggior parte non sono thailandesi ma birmani e cambogiani. Le stime parlano di almeno mille piccoli che chiedono l’elemosina e vendono fiori nelle città e nelle località turistiche di tutto il paese. Il fenomeno è allarmante soprattutto nella capitale, che conta oltre 10 milioni di abitanti, visto che le autorità non lo considerano un problema che riguarda il futuro dei loro bambini e della loro società. Li considerano semplicemente accattoni, mentre ci sono anche ragazzini e ragazzine costretti a prostituirsi o che diventano essi stessi trafficanti.

L’agenzia delle Nazioni Unite, United Nations Inter-Agency Project on Human Trafficking (UNIAP), ha

dichiarato che non si sa esattamente quanti siano i minori coinvolti ma che il problema è rilevante. Secondo la responsabile dell’UNIAP per il sudest asiatico, i bambini vengono dati in affitto o venduti dagli stessi familiari o tutori e poi controllati affinché portino denaro. Inoltre spesso, con o senza il loro permesso, diventano vittime della tratta che altro non è che il reclutamento con l’unico scopo dello sfruttamento. La tariffa più comune per un piccolo è di \$25 al mese. Secondo il Dipartimento di Stato americano, la Thailandia rimane fonte, destinazione, e paese di transito per la tratta di esseri umani, uomini, donne e bambini. La maggior parte delle vittime identificate provengono da paesi vicini come Myanmar, Cambogia e Laos.

Fonte:
<http://www.fides.org/aree/news/newsdet.php?idnews=39245&lan=ita> - 05.06.2012

Tratta delle immigrate, dal sogno alla strada

Taluni le considerano vittime, altri donne di malaffare: sono le lavoratrici del sesso, per lo più immigrate straniere appartenenti a un ceto sociale modesto. Se in Svizzera la prostituzione è considerata legale, il confine tra libera scelta e sfruttamento è spesso difficile da determinare.

Di Patricia Islas

Ogni anno in Svizzera vengono denunciati da 20 a 50 casi di tratta di esseri umani a scopo sessuale, ma la tragedia di queste donne resta spesso nell’ombra. A inizio dicembre, il Tribunale penale federale ha condannato un cittadino svizzero di 60 anni a quattro anni e mezzo di prigione per aver costretto un centinaio di brasiliane a prostituirsi.

L’uomo pagava queste donne in anticipo e organizzava loro il viaggio in Svizzera, affinché potessero lavorare nei suoi bordelli nel canton Soletta. Secondo la testimonianza di alcune vittime, l’accusato confiscava loro i passaporti per evitare la fuga. Le donne erano costrette a rimborsare tra i 10’000 e i 15’000 franchi svizzeri: un debito contratto al momento del reclutamento e di cui venivano a conoscenza soltanto al momento del loro arrivo.

Promesse tradite

In Svizzera vi sarebbero tra le 14 e le 20’000 lavoratrici del sesso. «Sono per lo più straniere,

ragazze madri, e spesso prive di una rete sociale alla quale far capo in caso di difficoltà. Per queste donne la decisione di esercitare la prostituzione in uno dei paesi più ricchi al mondo è fondamentalmente legata a ragioni economiche», spiega Doro Winker, del Centro di appoggio alle donne migranti e vittime di tratta (FIZ), che dal 2007 ha accompagnato una decina di vittime coinvolte nel caso solettese.

«Dopo la denuncia, queste donne sono tornate al loro paese. Vi hanno trovato la stessa povertà che avevano lasciato, ma in più si sono portate appresso il trauma di questa esperienza, e la paura di minacce o ritorsioni».

Dal 1° dicembre 2006, la Svizzera ha introdotto una nuova legge che condanna non soltanto la tratta degli esseri umani a scopo sessuale, ma anche il traffico legato allo sfruttamento della manodopera o al prelievo di organi. La pena detentiva può arrivare fino a 20 anni. Winkler osserva come negli ultimi anni siano stati fatti alcuni passi avanti: «recentemente delle donne ungheresi

hanno ottenuto dalle autorità elvetiche un permesso umanitario perché un ritorno al loro paese sarebbe stato troppo pericoloso».

Il diritto di prostituirsi

«A partire dagli anni Novanta il numero di immigrate costrette a prostituirsi è aumentato in modo considerevole», commenta dal canto suo la sociologa Agnes Földhazi, che ha dedicato la sua tesi di dottorato alla costruzione del mercato del sesso a Ginevra. In questa città come in altre del territorio elvetico, il settore commerciale del sesso a pagamento è alimentato soprattutto «da donne provenienti dall'ex blocco sovietico, dall'America latina e dal Nord-Africa, anche se è un settore molto mutevole».

La Svizzera continua a considerare la prostituzione un male necessario, prosegue Földhazi, membro dell'associazione Aspasie a difesa dei diritti delle lavoratrici del sesso. «La vita delle prostitute straniere si iscrive in un sistema di regolamentazione neoliberale, caratterizzato da un'attitudine pragmatica della Svizzera che si focalizza soprattutto su aspetti di salute pubblica».

Secondo Földhazi, esiste una visione del fenomeno che tende a vittimizzare le immigranti e a ridurre la loro capacità di scelta. Questa prospettiva, alimentata da un panico morale legato allo spettro della tratta di esseri umani, avrebbe per obiettivo di mantenere queste donne nel loro paese d'origine per proteggerle da eventuali abusi.

Földhazi ritiene che le basi legali internazionali in vigore contro questo fenomeno «non corrispondano alla realtà del terreno. I casi sono infatti molto più complicati di quanto si pensi».

È dunque necessario interrompere questa spirale di stigmatizzazione per evitare la costruzione di spazi di sfruttamento: «In Svizzera la prostituzione è legale, il lenocinio va punito», sottolinea Claudette Plumey, prostituta e presidente di Aspasie.

I clienti: un tema tabù

«È necessario fare una distinzione tra traffico di donne e prostituzione: solo in questo modo si può fare un lavoro di sensibilizzazione a livello politico», concorda Wikler.

Per quanto riguarda l'attività di prostituta, «negli ultimi anni la Svizzera non ha fatto molti progressi, limitandosi a creare dei registri per tassare queste persone, ma che non hanno nulla a che vedere con la protezione o il miglioramento delle loro condizioni di lavoro».

Winkler – che lavora nel campo da ormai 15 anni – deplora il fatto che si continui a parlare unicamente delle prostitute e mai dei clienti. «È un tabù, e questo mi sembra un problema profondo. Non si parla mai della domanda e si preferisce restringere il tema a "sesso e crimine"».

Fonte:

http://www.swissinfo.ch/ita/societa/Tratta_delle_immigrate_dal_sogno_alla_strada.html?cid=31819466 - 31.12.2011

Dalla parte delle donne. Coi fatti. Intervista a suor Estrella Castalone

Maria Antonia Chinello

Figlia di Maria Ausiliatrice dal 1978, suor Estrella è nata a Canlubang (Filippine) nel 1949. Diplomata in Teologia presso l'Università Pontificia Salesiana, per molti anni ha lavorato tra i giovani della sua terra. Nel 2003, diventa Segretaria esecutiva dell'AMRSP (Association of Major Religious Superiors in the Philippines).

È l'inizio di una missione che via via la affianca ad altre donne per la difesa delle donne e dei minori coinvolti nel traffico di persone. Dal 2010, è Coordinatrice della Rete Internazionale della Vita Consacrata contro la tratta.

Sorride mentre ci dice che il leit-motiv della sua vita è proprio quello di Talitha Kum: «Fanciulla, alzati! Profeti di speranza per le giovani donne». Un programma non solo per l'8 marzo, ma anche per gli altri 364 giorni dell'anno.

Che cos'è Talitha Kum?

È la Rete Internazionale della Vita Consacrata contro la Tratta delle Persone, costituita dall'UISG (Unione Internazionale Superiore Generali) nel 2009. Trae origine da un progetto avviato qualche anno prima insieme con lo IOM (International Organization on Migration) e finanziato dal Bureau of Population, Refugees and Migration of United States dell'Ambasciata statunitense presso la Santa Sede. La finalità è di condividere e ottimizzare le risorse che la vita religiosa possiede per favorire interventi di prevenzione, sensibilizzazione, denuncia del traffico di persone e per la protezione e l'assistenza delle vittime.

Perché le religiose si interessano della tratta di esseri umani?

Ci siamo sentite interpellate da questa “schiavitù moderna”. Come religiose è urgente prendere posizione con i fatti e promuovere la dignità di ogni persona creata a somiglianza di Dio. La risorsa più grande della vita religiosa sono proprio le religiose, impegnate a fianco di tutte le forme di povertà e di emarginazione: tocchiamo con mano l’umiliazione, la sofferenza, il trattamento inumano e degradante inflitto a donne, uomini e bambini. Le organizzazioni criminali che sfruttano sono altamente organizzate e ben collegate tra loro. Per questo era necessario unire le forze e costruire una rete, altrettanto strutturata, che mettesse in collegamento chi lavora nei paesi di origine del traffico con quelli del transito e della destinazione. Solo così si può prevenire e denunciare perché la persona non diventi “merce di scambio”.

Quali Reti formano Talitha Kum?

Attualmente i network collegati sono 21 e rappresentano tutti i continenti. Sono religiose che operano in Irlanda, Australia, Portogallo, Canada, Nigeria, Repubblica Dominicana, Albania, Indonesia, Brasile, Olanda, Romania, Sud Africa, Italia, Thailandia, India, Filippine, Germania, Kenya, Senegal, Perù.

Su quali fronti si concretizza l’impegno di Talitha Kum?

È molto differenziato perché variegata sono le realtà che vengono toccate dal fenomeno della tratta di persone: stabilire contatti e lavorare in rete con le altre organizzazioni sociali, civili, religiose e politiche che si interessano della tratta; ottimizzare e condividere le risorse per rafforzare la prevenzione, la sensibilizzazione e la denuncia del traffico di persone e la protezione di chi ne cade vittima; operare sul fronte educativo e formativo per risvegliare la coscienza dell’opinione pubblica riguardo a questo fenomeno; sostenere e intensificare le iniziative in atto di formazione, denuncia, assistenza.

Come si attua tutto questo?

Fondamentale è la formazione delle religiose per abilitarle a intervenire in modo strategico sulle cause e sugli effetti della tratta. Si sono già realizzati 16 Corsi di formazione a livello internazionale cui hanno preso parte più di 600 suore. Poi è importante assicurare la comunicazione tra i membri e la condivisione di ricerche, buone pratiche, esperienze, risorse umane e materiali nel contrasto della tratta e offrire al pubblico informazioni utili sulle varie attività e iniziative. Ancora, prendere posizione e fare

dichiarazioni pubbliche in concomitanza di eventi internazionali che incidono sulla mobilità delle persone. A questo riguardo, significativa è stata la Campagna contro la tratta che abbiamo lanciato in occasione dei mondiali di calcio svoltisi in Sudafrica. Infine, sostenere le iniziative attivate a livello locale dalle religiose per sensibilizzare al fenomeno, lavorare sulla prevenzione e denunciare il traffico.

Chi fa parte del team di Talitha Kum?

Il team dei formatori è composto da religiose e da un laico, Stefano Volpicelli, rappresentante dell’OIM. Per l’animazione, si lavora in stretto contatto con esperti laici e laiche del settore che apportano contributi di ricerca, metodologie e strategie di azione, di intervento giuridico. La sfida principale della Rete è coordinare e sostenere i programmi dei membri data la limitatezza delle risorse sia finanziarie sia di personale. Per cui, se qualcuno vuole venire ad aiutarci... la porta è aperta! È, invece, ancora un sogno tutto da concretizzare la collaborazione attiva e fattiva con i religiosi e i sacerdoti.

Quali sono le cifre del traffico di esseri umani?

Nel 2010, il Rapporto sul Traffico internazionale di persone delle Nazioni Unite stimava che, ogni anno, da 800 mila a 2 milioni di persone sono vittime della tratta: il 66% sono donne, il 12% uomini e il 22% bambini/minori. Lo sfruttamento sessuale è la forma più comune (79%), seguito dal lavoro forzato (18%), dall’acconteraggio e dal traffico di organi.

Un discorso a parte, è il traffico di minori...

Il traffico di bambini è purtroppo la terza più grande attività criminale nel mondo. Le forme più comuni sono i rapimenti per adozioni internazionali illecite, matrimoni forzati, azioni militari e di guerra, lavori domestici, pratiche occulte. Nell’ottobre scorso, sono stati circa 400 i bambini che dall’Uganda venivano portati in Europa a scopi di stregoneria! È necessario proteggere i minori quando si verificano calamità naturali oppure quando in famiglia uno, in particolare la madre, oppure entrambi i genitori emigrano per motivi di lavoro. Questo ‘restare a casa soli’ rende i minori più vulnerabili, bisognosi di affetto e di attenzioni, più propensi ad affidarsi a persone, anche sconosciute, che offrono loro ciò che manca.

Come mai, c’è ancora chi non sa e cade vittima del traffico di persone?

Sembra un controsenso, ma è così. Un primo elemento da considerare è la difficoltà ad aiutare proprio le 'vittime', in quanto con fatica cooperano nel denunciare quanto è loro accaduto. Si sentono piuttosto "colpevoli". Altro aspetto, l'innovazione digitale. Con Internet tutto è più facile: il commercio, la comunicazione, l'educazione, gli scambi culturali, il mercato, i viaggi e purtroppo anche il traffico delle persone. Se alcuni anni fa, i trafficanti erano visibili fisicamente, oggi migliaia di persone vengono 'scambiate' nell'anonimato che la Rete favorisce.

Quali aspetti tenere presenti per contrastare la tratta in un'ottica preventiva dell'educazione?

Il sogno è quello di sradicare questa schiavitù moderna. Ma, purtroppo, lo scenario mondiale ci conferma che non vi è una significativa riduzione sia da parte dell'"offerta" (persone trafficate) sia nella "domanda" (coloro che sfruttano): la vulnerabilità di uomini, donne e bambini si accresce

sempre più. Solo interventi più efficaci sulla linea della prevenzione potrebbero contenere i rischi. Invece, gran parte del coinvolgimento delle religiose in questo campo di apostolato è rivolta alla protezione, all'assistenza e alla riabilitazione delle vittime. Ci sembra infatti di essere sempre sulla linea dell'uscita, quasi che il nostro lavoro sia un 'pulire i pasticci' causati dai trafficanti contro la dignità della persona. Si tratta di proporre non solo di 'uscire' dalla tratta, ma di dare opportunità perché migliorino le condizioni di vita sia nei villaggi sia nelle città, perché i genitori e le famiglie possano 'proteggere' i loro bambini e ragazzi. Infine, nei programmi dei nostri centri educativi e nelle scuole è urgente includere argomenti che trattino questo fenomeno, informare con chiarezza riguardo a ciò che sta dietro questa piaga moderna.

Fonte: <http://biesseonline.sdb.org/bs/articolo.aspx?newsID=8477> - 03.2012

La Cina alla prova tra traffico di esseri umani e nuove schiavitù

Di Fortuna Balzano

I dati trionfalmente emessi la scorsa settimana dal Ministero della Pubblica Sicurezza cinese parlano di più di 24000 persone salvate dalla schiavitù nel corso del 2011. Naturalmente, quando si parla di Cina le cifre sono sempre impressionanti, e spesso traggono in inganno. Il recente rapporto del Ministero della Pubblica Sicurezza non deve infatti apparire come un successo nella lotta alla tratta di esseri umani. Stando alle stime (per forza di cose approssimative) dello stesso ministero, i più cauti in circolazione, almeno 10000 persone ogni anno sono oggetto di traffico dentro e fuori dal paese. Secondo gli analisti dell'Organizzazione internazionale del lavoro sono invece circa il doppio i cinesi coinvolti; rapiti, ingannati con la promessa di un lavoro, privati della libertà di movimento e azione per essere poi venduti, imprigionati, trattati come oggetti di cui disporre a piacimento.

Ci sono le donne, quelle provenienti dalle aree rurali, soprattutto dalle province più povere del paese (Yunnan, Sichuan e Guizhou), che si trasferiscono in città per sfuggire a miseria e disoccupazione, e si ritrovano costrette alla prostituzione in patria o all'estero. Sebbene il lenocinio sia punibile in Cina con la pena di morte, lo sfruttamento della prostituzione è un fenomeno diffusissimo nelle città grandi e piccole, ovunque nei bar, nei centri di massaggi, nei ristoranti, per le strade. Attraverso i confini meridionali, migliaia di

ragazze (si tratta spesso di adolescenti tra i 12 e i 18 anni) vengono avviate alla prostituzione in Birmania e Thailandia, e da qui spesso trasferite in Malaysia e Singapore. A volte, anche più lontano. Nel novembre del 2011, diciannove donne cinesi sono state liberate in Angola, dove, giunte con la promessa di un lavoro e subito private dei passaporti, erano costrette da connazionali a prostituirsi sotto stretta sorveglianza armata. Alcune ONG riportano inoltre che, a causa dello squilibrio numerico tra popolazione maschile e femminile dovuto alla politica di controllo delle nascite e alla preferenza per i figli maschi (a causa cioè, della mancanza di "donne da sposare"), il commercio delle mogli, cinesi o provenienti da Mongolia, Corea del Nord, Russia, Birmania, Laos e Vietnam, sia oggi in ascesa in tutto il paese.

Ci sono poi i lavoratori, giovani, vecchi, adolescenti, spesso disabili o ritardati mentali, utilizzati nelle miniere, nelle fornaci e nelle acciaierie nelle zone più isolate del paese, costretti a vivere in condizioni di schiavitù e impossibilitati a fuggire. Lo scandalo delle fornaci di mattoni nello Shanxi e nello Henan, scoppiato nel 2007 grazie al servizio di una televisione locale, portò all'attenzione pubblica solo un frammento di una realtà molto più vasta di affari e sfruttamento. Nel corso di quell'operazione furono arrestate 168 persone e liberati 500 schiavi: vivevano in condizioni disumane, obbligati a turni di lavoro massacranti (fino a 16 ore), sottoposti a

violenze continue e a privazioni di cibo. Non pochi, in quei lager, ci avevano anche rimesso la vita. Le autorità si videro costrette a riconoscere ufficialmente la gravità e la portata del fenomeno, ma la campagna contro le fornaci clandestine che ne seguì ebbe scarsi risultati, considerando il fatto che ancora nel maggio del 2009 veniva scoperta nello Anhui una fornace in cui lavoratori con problemi mentali erano costretti al lavoro coatto.

Ci sono i bambini, rapiti alle famiglie e rivenduti a coppie sterili o desiderose di una discendenza maschile; obbligati a rubare, a chiedere l'elemosina agli angoli delle strade o a svolgere lavori usuranti e pericolosi. La tratta e la schiavitù dei minori (come più in generale il lavoro di bambini e adolescenti) costituiscono una vera e propria piaga del sistema sociale cinese, inconciliabile con la scintillante immagine di potenza mondiale in ascesa. Negli ultimi tempi il governo ha cercato di porvi rimedio, creando, tra le altre cose, un database che contiene il DNA dei bambini scomparsi, per facilitarne il ritrovamento (ma la Cina è grande e affollata...). La questione è molto sentita anche all'interno della società civile: nel gennaio del 2011 Yu Jianrong, sociologo e attivista per i diritti umani, ha aperto un microblog sul quale è possibile pubblicare foto di bambini costretti a mendicare, che ha già ricevuto decine di migliaia di segnalazioni.

Il fenomeno del traffico di esseri umani è una delle facce più inquietanti del miracolo economico cinese, e gli sforzi del governo centrale, negli ultimi anni, non sembrano in grado di porvi fine. Uno degli ostacoli principali alla lotta alla tratta di esseri umani è la "scarsa collaborazione" da parte dei poteri locali. È evidente che le fornaci di mattoni clandestine non possano esistere senza la connivenza di funzionari più o meno compiacenti, così come spetterebbe innanzitutto alle autorità locali la garanzia dei controlli sui luoghi di lavoro e del rispetto dei diritti dei lavoratori. Anche dal punto di vista legislativo ci sono delle lacune; i reati commessi in violazione, ad esempio, delle leggi sulla prostituzione o su emigrazione e immigrazione, vengono giudicati in quanto tali e non in relazione allo sfruttamento. Così, spesso, gli schiavi sono vittime due volte.

"Schiavo". Sembra una parola d'altri tempi (si dice che siamo schiavi del lavoro, schiavi del denaro, schiavi del tempo... ma questa è un'altra storia); appartiene a un passato feudale, coloniale, che non ci riguarda più. Eppure, in Cina come in altre parti del mondo (anche qui da noi), ancora oggi, milioni di donne, uomini, bambini, sono trasformati in attrezzi da lavoro, in macchine del sesso, in prodotti da piazzare secondo le esigenze del mercato. E la chiamano civiltà.

Fonte:

http://www.levanteonline.net/index.php?option=com_content&view=article&id=6358:di-fortuna-balzano&catid=109:mondo&Itemid=543 -
25.06.2012

Onu: 2,4 milioni le vittime di tratta persone, 80% schiavi sessuali

In tutto il mondo 2,4 milioni di persone sono vittime di traffico di esseri umani. Tra loro, l'80% viene sfruttato come schiavo sessuale. Lo ha affermato all'Assemblea generale dell'Onu Yuri Fedotov, a capo dell'Ufficio delle Nazioni Unite per il controllo della droga e la prevenzione del crimine (Unodc). Il 17% delle vittime della tratta, ha spiegato Fedotov, è costretto al lavoro forzato. Due vittime su tre, ha precisato, sono donne. Ogni anno i criminali che gestiscono le reti di traffico di esseri umani guadagnano in media 32 miliardi di dollari (24,2 miliardi di euro). Catturare questi criminali, ha spiegato il capo dell'Unodc, "è una sfida di proporzioni straordinarie". "In qualsiasi momento - ha ribadito Fedotov - 2,4 milioni di persone soffrono la miseria di questo crimine umiliante e degradante". Secondo l'Unodc, soltanto una su cento vittime della tratta viene liberata e salvata. Fedotov ha fatto appello per una risposta coordinata a livello locale, regionale e

internazionale per compensare "un'applicazione della legge progressiva e attiva" con azioni che lottino contro "le forze del mercato che contribuiscono al traffico di esseri umani in molti Paesi di destinazione".

L'ex presidente del Cile Michelle Bachelet, direttrice dell'agenzia Un Women, ha affermato che "è difficile pensare a un reato più orribile e scioccante della tratta di persone". "Ciononostante - ha aggiunto - è uno dei reati più lucrativi e in più rapido sviluppo". L'attrice Mira Sorvino, ambasciatrice di buona volontà dell'Onu contro il traffico di esseri umani, ha detto all'Assemblea che "la moderna schiavitù è superata per quanto riguarda i profitti soltanto dal traffico di stupefacenti" e ha notato che pochi soldi vengono spesi per combattere il fenomeno. Inoltre, ha affermato, manca la volontà politica e una forte normativa in materia. "Gruppi internazionali di criminalità organizzata - ha spiegato la Sorvino - aggiungono gli esseri umani

alle loro liste di prodotti. Immagini satellitari hanno rivelato che per trasportare persone vengono usate le stesse rotte del traffico di droga e di armi".

Cherif Bassiouni, professore di legge della DePaul University di Chicago, ha notato che la maggior parte dei Paesi criminalizza prostitute e altre vittime della tratta di persone, ma non i responsabili "senza cui questi reati non sarebbero stati commessi". Secondo Bassiouni, inoltre, la stima di 2,4 milioni di vittime della tratta di persone non riflette la vera scala del problema. In tutto il mondo, ha proseguito, bisogna rivalutare "chi è una vittima e chi è un criminale". "Dobbiamo cambiare l'atteggiamento dominante nei dipartimenti della polizia controllati da maschi che considerano questi reati come la meno urgente delle loro priorità", ha aggiunto.

Il presidente dell'Assemblea generale, Nassir Abdulaziz Al-Nasser, e il segretario generale dell'Onu, Ban Ki-moon, hanno fatto appello ai donatori affinché contribuiscano a un nuovo fondo creato per aiutare le vittime del traffico di esseri umani. Alcuni Paesi, ha spiegato Fedotov, si sono impegnati a contribuire allo Un Voluntary Trust Fund for Victims of Trafficking con una somma complessiva di quasi un milione di dollari (750mila euro), ma finora il fondo ha ricevuto soltanto 47mila dollari in contributi (35mila euro). Alla fine della sessione al-Nasser ha annunciato che ci sono state tre nuove offerte: 150mila euro dall'Australia, 23mila euro dalla Russia e 30mila euro dal Lussemburgo.

Fonte: <http://it.notizie.yahoo.com/onu-2-4-milioni-le-vittime-di-tratta-100506618.html> - 04.04.2012

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?